

ACTA Nº4/2011

Aprovada em 29/9/2011

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA EM VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE

No dia vinte e dois de Junho de dois mil e onze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Concessão da Rede de Iluminação Pública no Município de Coimbra;**
- Ponto 3 - Concepção, construção e concessão de exploração do Complexo Funerário Municipal de Coimbra;**
- Ponto 4 - Financiamento bancário da Participação Pública do "Centro de Convenções e Espaço Cultura do Convento de S. Francisco";**
- Ponto 5 - Serviços de Auditoria Externa e de Revisão Legal de Contas - exercício de 2011;**
- Ponto 6 - Aumento de Capital Social da Sociedade Coimbra VIVA - SRU;**
- Ponto 7 - Nova Tabela de Taxas para as zonas de estacionamento de duração limitada;**
- Ponto 8 - Adesão do Município de Coimbra à União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas;**
- Ponto 9 - Desafecção de uma parcela de terreno na freguesia de Eiras;**
- Ponto 10 - Desafecção de uma parcela de terreno na freguesia de Antanho;**
- Ponto 11 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas - Relatório relativo a 2010 e acções futuras;**
- Ponto 12 - Reestruturação Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra;**
- Ponto 13 - Atribuição de Medalha de Ouro da Cidade a José Miguel Júdice.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís Cunha de Almeida, Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Rui Santos Cruz e Hugo Filipe Martins Rodrigues.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, José Marques Gomes Murta, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Faltou justificadamente o Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Árvore Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Jorge Manuel Monteiro Lemos, André Gonçalo Dias Pereira, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Carlos Rogério Antunes Pinto, José Manuel Gonçalves da Silva, António José Costa Sequeira, Horácio José Campos Paz Santiago, Mário António dos Santos Carvalho e Maria Elisabete Leonardo e Lemos

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Mário Rui Barreto Bártolo, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Faltou justificadamente a deputada municipal Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, João Gilberto Matos Orvalho, Paulo Jorge Carvalho Leitão, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Álvaro Jorge de Maia Seco, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte, António Manuel Vilhena e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por José Marques Gomes Murta, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e vinte minutos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do art.º78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal **Carlos Alberto Nunes da Silva**, pelo período de 5 dias com início a 20 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS/PP) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Rui Santos Cruz**.

-Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins**, pelo período de 2 dias com início a 20 do corrente mês;

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Hugo Filipe Martins Rodrigues**

-Deputado municipal **José Manuel Ferreira da Silva**, pelo período de 2 dias com início a

20 do corrente mês;

-Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha**, pelo período de 3 dias com início a 21 do corrente mês.

Nos termos do n.º1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Horácio José Campos Paz Santiago e Maria Elisabete Leonardo e Lemos**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de S. António dos Olivais apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Vogal do Executivo da Junta – **José Marques Gomes Murta**, nos termos do mesmo diploma.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **Mário Rui Barreto Bártolo** nos termos do mesmo diploma.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):

“As circunstâncias políticas que estamos a viver levam-me a fazer este tipo de intervenção. Portanto, no fundo o que queria falar era sobre o resultado das eleições e sobre a tomada de posse do novo Governo, que ocorreu ontem.

Vou fazer uma intervenção curta, não é lugar para um debate político sobre estas questões, mas queria dizer só duas ou três coisas quase telegráficos sobre estas circunstâncias.

Em primeiro, era que, naturalmente, parafraseando o Senhor Ministro das Finanças, numa declaração que fez ontem na televisão como todos ouvimos, mais do que formalmente desejar felicidades ao novo Governo, o que lhe desejamos é sorte, “muita sorte” para bem do Governo e de Portugal!

Segundo lugar, como notas de preocupação do meu Partido do meu Grupo Parlamentar, em relação à circunstância política nova que estamos a viver duas ou três coisas.

A primeira, é que este Governo cumpra e faça cumprir, o acordo que o País fez com o apoio maioritário de três partidos com Instituições Internacionais, para que, possamos ter uma luz ao fundo do túnel no que está determinado nesse acordo. Que o cumpra e o faça cumprir. Talvez mais importante do que a intenção de atingir os objectivos e as metas que estão nesses protocolo de entendimento com as Instituições Europeias, o importante de facto é que tomem as decisões e que as decisões sejam de facto cumpridas, para que possamos dizer, como disse, um horizonte de luz ao fundo do túnel e que possamos sair da dificuldade desta situação difícil em que todos neste País se encontramos neste momento.

Mas também, não basta só fazer votos para que esse Governo cumpra esse acordo, gostaria de sublinhar que o Governo deve executá-lo, executar esse acordo com bom senso, naturalmente com pragmatismo, mas, acima de tudo, penso que esta é uma preocupação que cobre a maioria dos Portugueses, que o faça com grande sensibilidade social, porque bem necessário o é, para que a aplicação destas medidas seja feita com efectiva sensibilidade social!

A segunda nota, é que, na aplicação deste acordo, quer no fundo, ainda não conhecemos qual é o programa do Governo, mas que na aplicação prática deste acordo, o Governo não ceda à ideologia que naturalmente transporta mais do que aquilo que é necessário. Lembrando uma frase célebre de um Primeiro-Ministro, em circunstâncias dramáticas semelhante há uns anos atrás, gostaria também, que este Governo tenha a coragem de “pôr o liberalismo na gaveta”, era fundamental que o fizesse.

Nós, também em determinadas circunstâncias e em determinadas alturas fizemos isso. Portanto, esperamos que o Governo faça exactamente o mesmo.

Mais prática, mais pragmatismo, menos ideologia!

E portanto, liberalismo, liberalismo na gaveta. Será bom!

Por outro lado, referindo-me aquilo que será nesta casa e enfim em geral o posicionamento do nosso Partido, eu gostaria de dizer que nós actuaremos com toda a responsabilidade que cabe ao maior partido da oposição, e que o Governo

pode contar com lealdade democrática do Partido Socialista, com apoios naturalmente naquilo que é essencial, mas também com críticas fundamentalmente naquilo que é supérfluo.

Depois, pautaremos a nossa conduta pela defesa dos imperativos constitucionais, nas matérias em que a sua defesa que se impõe para defender a protecção dos mais fracos e dos mais pobres, garantindo assim, a coesão e a solidariedade, na sociedade portuguesa.

Para nós é uma questão essencial.

Depois, fazer certamente uma promessa sobre a actuação daquilo que será o meu Partido aqui e fora desta Câmara.

O Partido Socialista não será, relativamente deste Governo, nem relativamente à crise nem aos problemas que se defronta a sociedade portuguesa, não será deletério, não será pessimista, e não contribuirá para a desagregação social e política do País! Pensamos que esse é um bem fundamental a manter, temos outros exemplos noutras atitudes, noutras longitudes na nossa Europa que demonstram bem os riscos de uma desagregação social e que pode ser extremamente perigosa, para o atingir os objectivos que todos nós, que queremos atingir que é, no fundo, sair da crise que estamos a viver.

Não faremos, por isso, na oposição um discurso diferente daquele que fizemos no Governo. Seremos, repito, oposição sim, uma oposição mas que seja responsável, e uma oposição coerente, e que se pautem pela nossa história de partido e pelo contributo que temos dado desde o 25 de Abril e mesmo antes para a democratização da sociedade portuguesa e para a obtenção dos grandes objectivos que são traçados no nosso Quadro Constitucional.

Seremos naturalmente uma oposição leal, aberta, democrática mas nunca deletéria, mas nunca pessimista, mas nunca destrutiva. E estaremos aqui para apoiar o Governo naquilo que fôr essencial, naturalmente para o criticar naquilo que for naturalmente supérfluo.

Todos os acessos de ideologia, serão obviamente por nós condenados, mas aquilo que for essencial para que se consiga atingir aquilo que é o núcleo duro, das medidas que o País precisa de adoptar para sair da crise, obviamente que terá o compromisso de apoio do Partido Socialista, desde que não haja excessos de imaginação e acesso ideológicos.”

Intervenção do deputado municipal Mário de Carvalho (PS):

“Como é de conhecimento público, estivemos envolvidos numa acção recentemente sobre a questão de passagem de peões junto ao Açude-Ponte, e eu não poderia perder este momento para voltar trazer aqui novamente esta questão. Estamos certamente a dias de inaugurar a escada para os peixes, já que a anterior escada era objectivamente ineficiente. De facto, esta nova escada, será uma mais valia em termos ambientais e demonstra uma grande preocupação em termos de que é sustentabilidade ambiental e contribui certamente para o que é a preocupação do que é a biodiversidade, por isso, louvamos e congratulamos com essa obra. No entanto, não podemos esquecer que irão ocorrer brevemente obras de requalificação do próprio tabuleiro da ponte, a questão da passagem de peões. Pensamos que está em causa uma questão, não só de segurança, mas também de dignidade de quem lá passa. E portanto, nós comprometemo-nos com esta

questão e vimos novamente aqui insistir para que alguma coisa seja feita e penso que é do conhecimento público que passado alguns dias da nossa acção, acção que sublinho, convidamos também membros da Assembleia de Freguesia do PS de St^a Clara e da JS, houve uma criança que foi atropelada.

Por isso, vimos aqui sublinhar essa questão, poderão dizer que é uma questão que está prevista e que está salvaguardada, a questão é, até que ponto essa previsão já há muito tempo andamos a chamar a atenção, não será uma previsão quase vitalícia? Uma previsão para quando? Está sempre prevista, não saímos disto.

Em relação a este ponto queria deixar isto bem claro, penso que é uma questão importante.

Dizer também que, a ligação entre o Centro de Saúde o Fórum, em termos de passagem pedonal continua na mesma e solicitávamos, que quem de direito nomeadamente a Câmara pressionasse o Fórum, que se tinha comprometido realizar e a fazer o passeio condigno para quem lá passa, e nada está feito.

Trazer novamente aqui a questão, da ponte entre Arzila e Pereira, que na nossa opinião continua a ser uma mancha negra para a Cidade. Pereira, embora não pertença ao concelho, é um local onde vive muita gente, e muita dessa gente trabalha em Coimbra, pensamos com pouco dinheiros poderiam efectivamente construir uma ponte que melhorasse as condições de mobilidade no local.

Outra questão que quero novamente falar, é a questão que foi aprovada em moção do charco a céu aberto junto à Rua de Alegria, digamos que é um ponto negro, ou mais um ponte verde, que mancha o postal turístico daquela zona, para além de questão de saúde pública, atendendo no fundo que é um verdadeiro incubador de mosquitos, e já estamos em plano verão, esta moção foi aqui aprovada e até agora nada foi feito.

Referir ainda que nada foi feito, relativamente à mobilidade junto ao Hospital Pediátrico, embora os utentes possam estacionar fora do Hospital Pediátrico na zona exterior ao hospital, aquela zona carece de uma mobilidade consequente para quem lá dirige, para os seus funcionários.

Finalmente colocar a questão, muito abertamente porque razões são apresentadas aqui moções e até hoje pelos menos das moções que eu aqui apresentei nada foi feito. Será que vale a pena trazer aqui moções? Será que vale a pena expressar aqui, no fundo as necessidades da população, se depois nada é feito? Se as moções são aprovadas, é uma questão que coloco aqui, directamente ao Senhor Presidente da Câmara.

Queira falar de uma questão é a co-incineração.

A questão da co-incineração é uma questão que também me preocupa, porque entretanto digamos que já deixou de ser moda, já ninguém, fala da co-incineração, não sei o que é que se tem feito em termos de fiscalização.

Muito recentemente tive a oportunidade de fazer um estudo sobre esta questão, inclusiva com a orientação do Prof. Massano Cardoso, em que em determinada altura tentei contrapor a teoria dele, mas, cheguei de facto à conclusão, que existem preocupações objectivas, nomeadamente a questão das dioxinas, nomeadamente a questão dos furanos nomeadamente a questão de metais pesados.

Será que o forno consegue destruir todas as dioxinas e metais pesados?

Será que a temperatura de 1400 graus é suficiente? Será que tudo isto é fiscalizado? Será que há alguma monitorização sobre esta questão? Não me parece que haja e portanto, vinha lançar novamente esta questão, porque a dada altura toda a gente se preocupou e, neste momento, não vejo ninguém preocupado, e penso que a situação seja a mesma.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“O que venho aqui fazer, não é mais do que, tentar que o Município, na pessoa o Senhor Presidente da Câmara e os seus vereadores, nomeadamente a Senhora Vereadora da Cultura com a responsabilidade dessa área, consigam articular os eventos que se realizam na Cidade de Coimbra, concretamente na Baixa da Cidade de Coimbra.

Isto porque, o excesso também é prejudicial! É que temos assistido, com algum desagrado à realização de eventos com distâncias uns dos outros de 10 a 20 metros. Aconteceu recentemente, um evento na Praça do Comércio, em que a Dra. Berta Santos veio pedir para baixar o som, porque estava a prejudicar um evento musical que havia no Chiado.

Com o devido respeito, isto não tem sentido nenhum.

No mandato anterior, levantei este problema, porque não beneficia ninguém e prejudica as pessoas que querem participar nos eventos e com os incómodos que isso acarreta.

Por outro lado e no mesmo sentido de actuação, foi aprovado pelo Executivo Municipal, na reunião de Abril, , um evento que se vai realizar na Praça do Comércio que é uma Feira de Sabores Tradicionais e Artesanato, cuja a organização está a cargo da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu. Quero aqui, desde já, agradecer a disponibilidade do Município de Coimbra em apoiar este evento, com todas as solicitações que a Junta de Freguesia fez e o nosso agradecimento público, mas, tivemos conhecimento por um Jornal de Coimbra, que exactamente no dia 2 e 3 de Julho vai haver um encontro de Confrarias Gastronómicas no Parque da Cidade.

Isto tem inconvenientes!

Tentamos falar com os grupos participantes que se trata de grupos folclóricos do concelho de Coimbra, é uma forma de eles usufruirmos de algumas regalias em termos financeiros, dadas as dificuldades que há nos subsídios, não é da minha responsabilidade é da responsabilidade do Município. Mas, agora estamos confrontados com esta situação. Eu pergunto, será que o Senhor Presidente da Câmara a Senhora vereadora da Cultura, com o devido respeito e amizade, não equacionaram que naqueles dias havia já uma aprovação do Executivo Camarário para um evento da Freguesia de S. Bartolomeu. Isto vai prejudicar os participantes, sendo que tenho consciência que a parte mais prejudicada vai ser

efectivamente a Freguesia de S. Bartolomeu e as pessoas que nela vão expôr. Quero dizer que são vinte stands de artesanato, e alguns deles ao vivo, seis grupos folclóricos com a sua gastronomia tradicional e temos contratos já firmados com grupos. Pergunto, quem é que paga os prejuízos da realização deste evento?

As pessoas têm de uma vez por todas, organizar os eventos com cabeça, tronco e membros. Não pode ser atamancar as coisas.

Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora da Cultura faço um apelo a V. Exas. no sentido de haver dentro do Departamento da Cultura, alguém que trabalhe nesta matéria no sentido de não voltar a acontecer esta situação que é, extremamente desagradável nomeadamente para a Baixa de Coimbra e em particular para a Freguesia de S. Bartolomeu.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“O que hoje aqui me traz são dois problemas que nos causam grande preocupação e que, estamos certos, irão merecer desta Assembleia um apoio consensual. Tal é a sua relevância e importância para a Cidade e para a nossa Região.

O primeiro problema de natureza ecológica e ambiental, com fortes repercussões no património natural, cultural e sobretudo no tecido empresarial da Região, que se prende com a projectada construção da mini-hídrica junto à povoação da Foz do Caneiro.

O segundo de natureza eminentemente cultural com fortes repercussões no diálogo e intercâmbio cultural no espaço da Lusofonia, colocando em causa o próprio prestígio da Cidade e do País. Estou a falar da Cena Lusófona sediada nesta Cidade, que há cerca de 15 anos promove uma importante ação de intercâmbio cultural no espaço dos oito países da Lusofonia, nomeadamente na formação, na produção e na actividade editorial entre outros.

Esta Associação está condenada à extinção, devido à não atribuição de qualquer subsídio por parte do Ministério da Cultura do anterior Governo para 2011/2012. O que já motivou inclusive uma tomada de posição por parte de mais de uma centena de figuras e personalidades de diversos sectores da Cultura onde se conta, nomeadamente a nossa Vice-Presidente e Vereadora da Cultura Doutora Maria José Azevedo.

Portanto, é neste sentido que procurarei materializar as minhas duas preocupações, através de duas moções que passo a apresentar.

Já distribui, previamente, às bancadas as duas moções, que proponho à consideração da Assembleia e passo a ler os considerandos:

MOÇÃO

Contra a construção da mini-hídrica no Rio Mondego

Considerando que:

-o lançamento do concurso para a construção de uma mini-hídrica junto à povoação de Foz do Caneiro, não foi precedida dos imprescindíveis estudos de impacte ambiental e discussão pública de modo a avaliar os potenciais efeitos negativos que inevitavelmente acarretará;

-a construção da mini-hídrica constituirá mais uma significativa barreira física à subida da Lampreia e de outras espécies que desovam a montante da Ponte Açude de Coimbra, colocando em causa não só o investimento feito na escada de peixe que se encontra em construção, como a sua própria utilidade;

-a eventual construção de uma escada de peixe na projectada mini-hídrica não constituirá solução, mas antes agravará os problemas ambientais, provocando desequilíbrios ecológicos neste troço do rio, que ficará sem águas correntes e baixios, condições propícias à desova da lampreia.

-a produção energética da mini-hídrica é muito pouco significativa (9 megawatts), e que o retorno económico que poderá representar é muito desproporcionado em relação aos gravíssimos impactos económicos que, num contexto de crise económica, acarretarão inevitáveis falências, nomeadamente nas empresas de canoagem que promovem a descida do Rio Mondego e nas actividades turísticas de restauração e hotelaria que se desenvolvem em torno do Rio e da gastronomia da lampreia;

-a verdadeira razão que levou o Governo a conceder a construção da mini-hídrica não se prende com um défice energético, cujos ganhos serão irrisórios, mas antes com motivações de ordem económica e a arrecadação de uma receita de 3,5 milhões de euros;

-os problemas decorrentes da construção da mini-hídrica não afectarão apenas o concelho de Penacova e as populações locais que vivem e trabalham na área deste troço do Rio, mas afectarão também a cidade de Coimbra e a economia da região;

A Assembleia Municipal de Coimbra reunida em sessão ordinária de 22 de Junho decide pronunciar-se no sentido de solicitar ao novo Governo que proceda à reavaliação do processo tendo em vista o cancelamento do projecto de construção da mini-Hídrica no Rio Mondego, a montante do Açude-Ponte de Coimbra, considerando os graves prejuízos que irá acarretar, tanto em termos ambientais, como económicos, comprometendo quer os equilíbrios do ecossistema daquele troço do Rio, quer o desenvolvimento económico (turístico, gastronómico, etc.) desta região, e tendo em conta os fracos proveitos económicos em termos de produção energética.

MOÇÃO

Apoio à Cena Lusófona

A Cena Lusófona é uma associação dedicada ao intercâmbio teatral entre os países de língua portuguesa, sediada em Coimbra. Desde 1996, ano em que foi formalmente criada, tem desenvolvido um importantíssimo trabalho no estreitamento dos laços culturais entre estes oito países. A rede de instituições e contactos que soube construir e dinamizar tem sido uma base sólida para múltiplas iniciativas de colaboração no seio da CPLP, em domínios como a criação artística, a formação, a edição, a informação, a recolha e a divulgação de manifestações artísticas tradicionais, a inventariação de espaços cénicos, a circulação de espectáculos, a realização de festivais e espaços de encontro e reflexão, entre outros. A associação mantém aberta ao público, em Coimbra, o seu Centro de Documentação e Informação (CDI) - um centro de recursos

especializado em dramaturgia de língua portuguesa único no país e em toda a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

A Câmara Municipal de Coimbra reconhecendo o importante papel da Cena Lusófona, contribuiu para a fixação da associação na cidade, cedendo instalações provisórias para o seu funcionamento e para a dinamização do CDI em 1996, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério da Cultura e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A fim de criar condições definitivas para o desenvolvimento do projecto a partir desta cidade, encontra-se em curso o projecto de recuperação da Ala Central do Colégio das Artes, cujas obras, se espera, iniciarem-se em breve.

Em face dos resultados do concurso “Apoios directos” da Direcção-Geral das Artes do Ministério da Cultura de Portugal para os anos de 2011-2012, a Cena Lusófona ficou sem qualquer apoio financeiro por parte do Estado Português.

Dada a natureza específica do trabalho que desenvolve e, em particular, o seu carácter não lucrativo, a existência de um financiamento regular por parte do Estado português revela-se essencial para a continuidade do trabalho da associação. Nos termos de um apelo internacional subscrito por mais de uma centena de criadores, produtores e representantes institucionais dos oito países da CPLP que foi recentemente divulgado, é a própria sobrevivência da associação que está em causa - um projecto cuja amplitude e eficácia é publicamente testemunhada por importantes personalidades do universo teatral e cultural do espaço lusófono corre o risco real de desaparecer definitivamente a muito breve prazo.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Coimbra delibera:

- expressar a sua profunda preocupação com a situação actual da associação Cena Lusófona, consciente dos graves prejuízos para a cidade, para o país e para a CPLP que adviriam do seu eventual desaparecimento ou da suspensão das suas actividades;
- recomendar ao Executivo da Câmara Municipal que, de acordo com os recursos de que dispõe, tudo faça para viabilizar a manutenção da sede da associação e do seu Centro de Documentação e nesta cidade;
- solicitar ao Governo Central que, tal como é sugerido no apelo internacional subscrito por mais de uma centena de personalidades do teatro e da cultura lusófonos, encontre uma solução de financiamento que permita à associação continuar a desenvolver o seu trabalho em prol da cooperação e do intercâmbio cultural entre os países de língua portuguesa.”

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

"Jardins do Mondego" à beira do desfecho?

Entrou-se num novo capítulo do folhetim “Jardins do Mondego”, que já dura há mais de uma década. As personagens permanecem e replicam-se, aqui e ali, fazendo, desfazendo e refazendo os habituais triângulos de cumplicidades e de interesses entre os poderes públicos, os negócios imobiliários e os ditos auto financiamentos dos clubes de futebol. Quanto aos actores, as recentes eleições para o clube mais prestigiado da nossa cidade e as declarações públicas que as acompanharam revelaram um evidente mal-estar entre os que vão rodando ou que permanecem, apontando para necessidade de lavar imagens, de substituir

protagonistas, enfim, de retocar, perante a opinião pública, a fotografia que todos conhecem. Todos sabemos os seus nomes.

Os ‘Jardins do Mondego’ nasceram mal, porque envolvidos em jogadas que atingiram a dimensão de escândalos. Destaquem-se a facilidade com que se abriram as portas à infracção deliberada relativamente a instrumentos urbanísticos fundamentais da autarquia, a promiscuidade de interesses claramente visíveis, mas sempre publicamente negados, envolvendo a circulação irregular de verbas significativas, a instalação de uma mentalidade do ‘transgride-se e logo se vê’, culminando na arrogância, repetida aos quatro ventos, de desqualificar todas as vozes que denunciavam que ‘o rei ia nu’.

O Bloco de Esquerda foi uma dessas vozes, embora não a única. Esforçou-se por lhes dar divulgação e coerência. Acrescentou-lhes informação e reflexão. Ajudou a ampliar, no âmbito local e nacional, esta denúncia. Sempre o fez em nome de Coimbra e da sua verdadeira imagem pública, que se pretende, para dentro e para fora, de irrepreensível conduta no plano das regras democráticas e dos direitos dos cidadãos, um exemplo duma cidade sustentável, propiciadora de um ambiente e de uma vida, de qualidade elevada para todos.

O Tribunal Central Administrativo do Norte, após decisão anterior da primeira instância, sobre a qual foi apresentado recurso, confirmou, há poucos meses, a nulidade do licenciamento dos lotes 1 e 18 da referida urbanização. As consequências desta sentença estão ainda envoltas nalgum nevoeiro. A recente decisão da Câmara Municipal de aprovar a proposta do promotor imobiliário para ‘remendar’ a situação obriga a que se clarifique, quer em sede judicial quer perante a opinião pública, os termos da execução daquela sentença.

Importa que sejam respeitadas as regras e desenvolvidos os procedimentos que se aplicam ao cidadão comum, sendo de rejeitar qualquer privilégio a quem dispõe de dimensão financeira, de instrumentos jurídicos e de meios de acesso aos centros de decisão política acima da média. A ratificação de eventuais soluções de excepção a acordar com a parte condenada, por via de referendo ou outra, assemelha-se a uma peça de muito mau gosto e a mais um atentado à democracia, e aos direitos e expectativas da comunidade coimbricense. Esperamos que o bom senso prevaleça e que seja feita a devida justiça por quem tem a responsabilidade de arbitrar e de resolver os conflitos em democracia.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Estamos a iniciar, como alguns dizem,”um novo ciclo político”decorrente da queda do Governo PS e das recentes eleições legislativas. Temos um novo Governo, assente agora numa coligação PSD/CDS, que irá governar com a imposição e supervisão do verdadeiro Governo deste País nos próximos anos - a Troika.

Este cenário, sob ponto de vista político não traz efectivamente um “novo ciclo político” pois o PS mais não fez, ao longo destes 6 anos, do que percorrer os caminhos que PSD e CDS percorreriam se fossem Governo. As estratégias poderiam ser diferentes mas as intenções e os objectivos a atingir seriam os mesmos. Tanto é, que agora, passivos e bons alunos, este novo governo, limitar-se-á a cumprir as imposições e metas definidas pela Troika, com uma racionalidade que os irá cegar perante os sucessivos e grosseiros atropelos ao

trabalho, às condições sociais, às funções do estado Sem entrar numa exaustiva enumeração das mudanças que se avizinham, acrescentadas às que vinham a ser tomadas, diria que as mesmas, no global, atacam a dignidade e a identidade do povo português.

A breve e sucinta apreciação que acabo de fazer serve para introduzir o assunto que trago a esta Assembleia — Rede Escolar - também ele suportado neste falso pressuposto de “novo ciclo” político. Falso porque as políticas são as mesmas, apenas se reforçam as medidas e a urgência da sua implementação no cumprimento do tal “acordo” que alguns dizem “de salvação”...!

Há cerca de um ano, mais precisamente a 14 de Junho de 2010, o então governo do Partido Socialista, no seguimento das suas políticas de emagrecimento do Estado, aprova a Resolução do Conselho de Ministros nº 44, cujo objectivo central visa prosseguir com o encerramento de escolas do 10 ciclo, com menos de 21 alunos e proceder a fusão de Agrupamentos Verticais com Escolas Secundárias. A data definida para a concretização deste processo, era o final do ano lectivo 2010/2011. Ou seja agora....

Do Memorando/Acordo com a Troika, assinado pelo Governo PS com apoio do PSD e CDS prevê-se, nesta área, e cito “ Reduzir custos na área da educação, tendo em vista a poupança de 195 milhões de euros, através da racionalização da rede escolar, criando agrupamentos escolares, diminuindo a necessidade de contratação de recursos humanos ou seja, na continuidade do que já era prática neste país.

Cruzando estas duas orientações/decisões, coloca-se a questão - passado um ano sobre estas orientações, não tendem o executivo autárquico, ao longo deste tempo, revelado qualquer procedimento, pelo menos que seja do conhecimento público, que mudanças se vão operar na actual rede escolar do concelho?

Ou seja, de outra forma, no final de Junho, momento em que se encerra um ano lectivo e se começa a preparar o próximo, até quando fica em “suspense” o futuro da rede escolar de Coimbra? Vai haver mais encerramentos de escolas do 1º ciclo? Vai haver fusão de agrupamentos com escolas secundárias?

Lê-se nos jornais locais que decorreram reuniões com directores de agrupamentos, DREC, Presidentes de Juntas de Freguesia...lê-se que se perspectiva o encerramento de algumas escolas do 1º ciclo...informações oficiais da DREC, da Autarquia... nada!

Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador com responsabilidades na área da educação, a CDU tem vindo, ao longo destes anos a defender, independentemente das orientações emanadas pelo Governo, que a rede escolar e a sua reorganização deve ser devidamente acompanhada pelo executivo autárquico, com o envolvimento legítimo da comunidade educativa. Sobre isto reforçámos, há um ano precisamente, a importância do efectivo funcionamento, com consequências, do conselho municipal de educação.

O concelho de Coimbra tem vivido nos últimos anos diversos sobressaltos no que a rede escolar diz respeito. Desde o tão contestado “movimento em cascata” ao encerramento de escolas do 1º ciclo, com o propósito de concentrar alunos em 2 ou 3 centros escolares, à fusão de agrupamentos... Também já vem sendo hábito chegar a esta fase, final de ano lectivo, com um conjunto de indefinições,

pelo menos para os pais, os alunos e as escolas. Este ano parece não ser diferente...!!

Senhor Presidente da Câmara, Senhor vereador da educação, a CDU entende que a questão da reorganização da rede escolar, com todas as implicações que acarreta, deveria fazer parte da Ordem de Trabalhos desta Assembleia. Impõe-se neste tempo, final de ano lectivo, dar a conhecer aos cidadãos em geral e aos pais de alunos em particular o que vai acontecer a partir de Setembro.

Encerram escolas do 1 ciclo? Quais? Vai haver fusão de agrupamentos com escolas secundárias? Quais? Que acompanhamento tem sido feito, que propostas têm vindo da DREC, que medidas estão a ser tomadas? É imperioso conhecer o posicionamento da Câmara de Coimbra em todo este processo.

É este o apelo que a CDU aqui deixa, certos de que seremos todos esclarecidos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Em primeiro lugar queria dirigir-me a dois colegas, ao deputado Dr. Maló de Abreu e ao Presidente da Junta de S. Bartolomeu, Carlos Clemente.

Em primeiro lugar ao Dr. Maló de Abreu dizer-lhe o seguinte.

Quando a gente ganha eleições todos nos batem nas costas e todos são nossos amigos; quando se perde, por vezes, as pessoas rapidamente se esquecem da coragem, da determinação.

Eu quero aqui em nome pessoal elogiá-lo, porque gosto de gente com coragem, gente que se bate com os problemas e defende a Cidade, e o resultado para mim, neste momento, é secundário.

Portanto, da parte do Presidente da Junta de Souselas, quero agradecer-lhe e dizer-lhe que está de parabéns pela coragem que teve.

Em segundo lugar, ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu. Carlos Clemente é um colega autarca, e eu também olho para aquilo que fazem os colegas autarcas, não interessa aqui que sejam dos partidos a, b, ou c, somos todos autarcas de freguesia.

Como dirigente teve um sucesso desportivo, que foi a subida do futsal da Académica, e naturalmente como Presidente de Junta entendo que de facto é dirigente e também Presidente de Junta, é a mesma pessoa em situações distintas, naturalmente fico satisfeito quando um colega meu tem sucesso em soluções em âmbito social, cultural e desportiva que desempenham.

Em terceiro lugar, quero-me dirigir aos Presidentes de Juntas aqui presentes, colegas e companheiros de luta, que, a Delegação Distrital da ANAFRE tem trabalhado e lutado para ter uma sede, conseguimos atingir isso. Brevemente serão convidados para a inauguração da sede. Foi cedida, e vai ser protocolada com a Previdência Portuguesa, fica aqui o nosso agradecimento público e também muito especialmente, a uma pessoa que foi fundamental em conseguirmos um espaço para a sede da Delegação Distrital de Freguesias foi o Dr. Mário Nunes.

Em nome da Delegação Distrital de Freguesias e de todos os Presidentes de Junta fica aqui o nosso agradecimento pela gentileza e amabilidade com que a Previdência Portuguesa e o Dr. Mário Nunes teve para connosco

Outro ponto tem a ver com a Reforma Política ou Administrativa do País. Quero dizer aqui aos colegas, que foi objecto de discussão e de análise a nível distrital, foi sintetizado as posições dos distritos, a nível de freguesias num documento que foi aprovado no Conselho Nacional em Castelo Branco, por parte da ANAFRE. Naturalmente ficámos satisfeitos, porque nas duas conclusões não são integralmente iguais mas muito próximas daquilo que era a posição da delegação distrital e que foi a posição que os autarcas de freguesia do distrito, no encontro que realizámos em Fevereiro. De facto, ficamos satisfeitos que a nível nacional tenha sido acolhido duas das nossas principais posições sobre essa questão.

Dizer aos colegas o seguinte:

Devemos estar mais do que nunca unidos nesta questão. Não interessa haver separações de natureza política, somos todos autarcas de freguesia, de facto não podemos permitir que ninguém venha impôr um Modelo de Organização Política Administrativa de Freguesias sem a nossa concordância.

Portanto, é o momento de todos estarmos unidos, é um apelo que faço a todos os colegas. As freguesias fazem parte da história da Organização Política Administrativa do País, que muito tem contribuído para o desenvolvimento do País e para a criação de condições de bem-estar dos seus munícipes.

A questão que se coloca, sobre a eventual reorganização do Mapa Político Administrativo do País deve ser abordado de forma séria, sem modelos pré-definidos sem imposições sem intenção de atacar o poder autárquico local, devemos respeitar a vontade dos cidadãos e dos autarcas que o representam. Que não se utilize a figura da autarquia e a necessidade de uma organização Política Administrativa com eliminação ou fusão de freguesias para justificar a situação financeira do país, cujo as freguesias representam uma infima parte do orçamento geral do estado, e são conhecidos por aplicarem bem os seus recursos financeiros. Deve-se sim, discutir um novo modelo de freguesia, com novas competências, com reforço de recursos financeiros, ou acompanhada do reconhecimento por parte do Estado da importância da função do autarca de freguesia.

Não concordamos com a fusão de freguesias, tendo por base só a sua dimensão e ou população. Pois uma freguesia de pequena área poderá ser elevada de densidade populacional e uma freguesia de baixa densidade populacional poderá ter uma área territorial enorme e em ambos os casos poderam haver razões para a sua existência. Por exemplo, existe freguesias com 200 habitantes e de muitos quilómetros quadrado de área, completamente isolados devido ao acidentes geográficos e que não podem ser extintas. Pois para essas populações a junta de freguesia é a única estrutura de próxima do estado prestando apoio administrativo, informativo, ctt, apoio social entre muitos outros. A eventual Reorganização do Mapa Político Administrativo do País não poderá em circunstância alguma decorrer por imposição ou seja por decreto sem levar em consideração a vontade expressa das populações e dos autarcas, as características e tipologia de cada uma das freguesias as dinâmicas e os aspectos territoriais sociais e económicos, bem como os aspectos históricos.

Não poderão pegar na Carta Administrativa de Portugal e nunca qualquer gabinete de Lisboa, desenhar com régua e esquadro um novo Mapa Político Administrativo do País.

Uma questão que quero aqui referir é sobre o que o deputado municipal Mário Carvalho falou de uma questão que me toca particularmente à minha freguesia a co-incineração fico sensibilizado com a sua preocupação, mas a sua preocupação é a minha de sempre.

Quem é que não tem preocupação neste processo?

A sua preocupação é legítima e está correcta, porque de facto nós não sabemos se há co-incineração ou não há, em que condições, quais os resíduos que são queimados em que condições são eliminados, quais os parâmetros avaliados, quem é que avalia, quem é que monitoriza e como é divulgada esta informação. Portanto, subscrevo a sua preocupação, tem todo o meu apoio incondicional sobre este aspecto, porque de facto não poderemos em substância alguma esquecer.

Espero que com o novo Governo haja mais transparência neste processo, e mais informação e maior controlo.

Para terminar concordo com o que disse o deputado Serafim do Bloco de Esquerda, no que toca à mini-hídrica.

Vou só esclarecer um ponto prévio, naturalmente votarei a favor a sua moção sobre este assunto, louvo o trabalho de facto da elaboração da mesma. Há uma questão que é esta:

Qual foi o problema de tudo isto? É que eles não estão obrigados a apresentar um estudo de impacto ambiental, porque o decreto-lei 69/2000 diz o seguinte “*estão sujeitos a procedimento de impacto ambiental as mini-hídricas que tiverem ou produzirem mais de 10 megawatts*”.

Ora, o que eles fizeram foi calcularam-na só para 9 megawatts. E ao fazerem isso, ficaram logo dispensados do procedimento de impacto ambiental. Houve aqui “uma habilidade”.

Nós, sem o estudo de pacto ambiental ficamos desarmados, porque, ficamos sem uma caracterização de referência dos diferentes sectores ambientais, segundo não conhecemos o projecto em concreto do estudo de impacto ambiental que se faz sobre o projecto, terceiro não conhecemos a avaliação dos impactos ambientais em situação de construção e de funcionamento e não conhecemos as medidas de minimização ou seja em conclusão estamos todos a zero.

O que é que devemos exigir, já que de facto ao abrigo da lei, nós não conseguimos impor. É pedir um estudo, ou seja, quando não há procedimento de avaliação de impacto ambiental classico, ou seja, com a elaboração do estudo de impacto ambiental pode em circunstancia de dúvida, haver um pedido de estudo de impacto ambiental.

Sobre a mini hídrica, há vários aspectos de deveremos reflectir, de facto este processo não deve avançar por estas razões:

-Primeiro não faz sentido gastar quatro milhões de euros, numa escada de peixe e a 15 Km construir uma barreira transversal no rio que faz no rio o que faz a ponte de Açude, ou seja, não deixa passar os peixes.

Significa que, aquilo que é hoje a escada de peixe já não vai servir para nada, se eles não morrem aqui, morrem passado 5 Km, isto deveria ser equacionado e ao que parece não o foi.

Segundo, há alterações na economia nas actividades turísticas, de restauração e hotelaria que se desenvolvem em torno do Rio e da gastronomia da lampreia, os desportos náuticos vão à vida.

Outro aspecto tem haver com a Freguesia das Torres do Mondego, claramente que vai alteração da dinâmica do rio e o mais natural é a a jusante da mini-hídrica por causa das descargas, não temos documentos para estudar isso.

Estou do lado da moção e voto favoravelmente.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):

“Como já repeti várias vezes, “honra aos vencedores, glória aos vencidos” isto consubstancia um período difícilimo.

Houve eleições, houve formação do governo, temos assembleia da república o que precisa é de boa sorte, de trabalho, dedicação e de empenho.

Outro ponto positivo, foi a realização na nossa zona do Congresso Nacional das Misericórdias que ocorreu em Coimbra e Arganil, subordinada aos temas geracionalidade e solidariedade.

Considero que correu muitíssimo bem, saliento a cooperação e a colaboração de muitas entidades, sem esquecer com é evidente na sessão de encerramento esteve a Sra. Ministra da Saúde. Mas do apoio das Câmara Municipais e a presença e o apoio da Câmara de Coimbra e de Arganil, o apoio da Universidade de Coimbra e Instituições de Solidariedade.

Terceiro ponto, “depois da casa roubada trancas na porta”. Há aqui esperança que o Senhor Presidente da Câmara hoje me possa dar alguma notícia positiva.

Normalmente, moro na Rua Luís de Camões, onde existe uma espécie de edificio, muitos conhecem-no pelo ISCA.

Normalmente os acontecimentos terríficos naquele edificio., perante pessoas idosas, e temerosas com razão as noites são horríveis.

Mas, na quinta-feira ao sair de casa em plena 16horas ouvia-se uma gritaria a sair do edificio, vidros partidos, barulho que era medonho, assisti a um grupo de jovens com mochilas às costa parecia que saíam num filme, em que a destruição é total. Qualquer dia há uma desgraça, dormem lá toxicodependentes. Certamente é um problema que tem de ser resolvido.

Fui várias vezes aos serviços da Universidade, alertar para este facto, ainda esta semana estive lá, qual é o meu espanto quando vejo a notícia no jornal que um dos gabinetes que tem a responsabilidade disto tinha ardido no Colégio de S. Jerónimo.

Não quero fazer juízo precipitados mas leva-me a crer vandalismo. ...

Só queria dar uma palavra de apressado ao que disse o deputado da Freguesia de Souselas sobre a extinção das Freguesias, Não! Os erros do século - XIX não podem ser repetidos.

Só depois de haver reordenamento do território e das autarquias serem ouvidas.”

Intervenção do deputado municipal Filipe Carrito (Por Coimbra):

“O motivo da minha intervenção é a apresentação de uma moção de promoção de alteração a um artigo do decreto-lei 67/2008 de 10 de Abril, sobre as entidades Regionais de Turismo.

A descentralização do Estado e a sua efectiva concretização, é um desidrato de toda e qualquer cidade desenvolvida e democrática.

Francisco Sá Carneiro, antigo Primeiro-Ministro disse: a democracia é difícil e exigente mas dela não nos demitimos.

Assim, o que se propõe tem em vista o aumento da faculdade de agentes das terras pelos seus representantes mais próximos serem agentes directos de decisão. A Assembleia Municipal de Coimbra, não pode ser passiva quanto à questão das Entidades Regionais do Turismo, a força deste organismo deve estar mais próxima possível da vontade das gente e da sua delimitação territorial

Assim, propõe-se que esta Assembleia promova a alteração do artigo 6º do decreto –Lei 67/2008 de 10 de Abril o seu ponto 1, relativa ao poder de quem decide a localização das sedes das entidades regionais do turismo. Agentes das terras não podem mais ficar alheios a decisão qual a melhor centralidade para acolher os serviços de turismo da região.

A sua apresentação maior proximidade está presente das autarquias e nos seus associados.

Coimbra e toda a região sabe o preço que pagou pela deslocalização por decreto da sede da entidade regional do Turismo do Centro, sem razão aparente e com custos a nível administrativo e financeiro

Assim, propõe-se a alteração do ponto 1 da seguinte forma a que passo a citar:

De,

2. A designação de cada uma das entidades regionais de turismo, tendo em conta a circunscrição territorial a que corresponde, bem como a localização da respectiva sede são definidas por despacho do membro do Governo com tutela na área do turismo, e inscritas nos respectivos estatutos. (DL 67/2008 10 de Abril)

Para,

2. A designação de cada uma das entidades regionais de turismo, tendo em conta a circunscrição territorial a que corresponde, bem como a localização da respectiva sede são definidas, por votação secreta pelos associados da respectiva entidade regional de turismo, e inscritas nos respectivos estatutos.

A mais, se propõe nesta moção que seja aqui deliberado, um voto de apresentação desta alteração votada, à Assembleia da República nesta XII legislatura que se iniciou.

Os deputados eleitos por Coimbra, não podem ficar alheios á perda de influências na decisão de agentes das terras na anterior lei consagrada.

Assim, é de mérito relevo que apõem a decisão desta Assembleia que não é demais para todos vos que um concelho.

Deixo à Mesa da Assembleia a moção e distribuirei a moção por todas as bancadas.

Espero que entendam que isto é uma simples razão de deslocalização de poder."

Moção de promoção da Alteração do Art.6º ponto 1 do DL 67/2008 de 10 de Abril

Tendo o anterior Governo legislado no sentido de retirar liberdade aos associados da então criada Região de Turismo do Centro, com o intuito de impossibilitar a livre escolha do local da sua sede, razão pela qual a Câmara

Municipal de Coimbra não aderiu à referida entidade e considerando que se encontra sanado o vício que originou o presente facto, ou seja o anterior Governo, consideramos que se encontram reunidas as condições para que seja alterado o respectivo decreto-lei.

Assim, ao dia 22 de Junho de 2011, propõe-se que a Assembleia Municipal de Coimbra delibere no sentido de propor à Assembleia da Republica a alteração da redacção do artigo 6º ponto 1 do Decreto-Lei 67/2008 de 10 de Abril, passando o

mesmo a ter a seguinte alteração de redacção:

De,

2. A designação de cada uma das entidades regionais de turismo, tendo em conta a circunscrição territorial a que corresponde, bem como a localização da respectiva sede são definidas por despacho do membro do Governo com tutela na área do turismo, e inscritas nos respectivos estatutos. (DL 67/2008 10 de Abril)

Para,

2. A designação de cada uma das entidades regionais de turismo, tendo em conta a circunscrição territorial a que corresponde, bem como a localização da respectiva sede são definidas, por votação secreta pelos associados da respectiva entidade regional de turismo, e inscritas nos respectivos estatutos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara:

“Gostava de começar por tirar o chapéu ao deputado Mário Carvalho pelo facto de ele ter razão no assunto sobre a ponte de Açude, este protesto que anda a fazer há meia dúzias de dias já deveria já ter sido feito há duas décadas. Porque nessa altura a mesma ponte servia o trânsito e os peões.

Queria dizer outra coisa que ele tem razão mas dou-lhe mais uma dica, são os gambuzinos, como é novo, pode ser que não saiba o que são, e também o lago verde que tem muito mosquito.

Portugal, no tempo em que tinha paludismo, eram mosquitos conhecidos pelo peixe mosqueteiro, portanto seria bom que começássemos a recuperar esses bambuzinos para os pormos naquele lago e que o Dr. Massano Cardoso recupere os gambuzinos.

Queria agradecer ao vereador Paulo Leitão porque aquilo que vai fazer para a ponte do Açude irá fazer o mesmo na ladeira da Rainha Santa. Já há muitos anos ouço falar e ninguém tem a coragem de mandar arranjar a calçada, é um benefício para Stª Calara para o Turismo de Coimbra e para Coimbra.

Sobre as juntas de freguesia queria dizer que esta Cidade já teve nove juntas de freguesias e não foi assim há tanto tempo, foi há 150 anos.

Acabaram de tomar posse os deputados da Assembleia da República. Há muita cidade neste país que não tem representação na Assembleia da República, não compreendo como é que aqui, nas Assembleias Municipais, têm de estar representadas todas as Juntas.

Ao Carlos Clemente queria dizer que a Feira das Confrarias também tem do lado de frente a Feira Popular, penso que não vai prejudicar nem uma nem outra."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz:

"Começo por lamentar que, desde que esta Assembleia começou vêm-se mínimas reuniões por toda ela! É na Mesa é no Executivo da Câmara é na comunicação social. Gostaria que, ainda há pouco foi mencionada quando o deputado Pignatelli Queiroz, estava a falar para ele falar mais alto, penso que não há necessidade de se falar mais alto, penso que deve haver silêncio desse lado. Grande parte das pessoas que aqui estão presentes, se lhes fosse perguntado o que é que a, b, ou c disseram no seu discurso, elas não o saberiam.

Penso que todas as pessoas têm o direito de conversar umas com as outras, mas, quando assim fôr não é numa Assembleia Municipal com um zumbidos atrás de todos nós que mesmo querendo estar a ouvir o que os colegas discursam não se consegue. Penso que tem de haver respeito pelo Órgão.

Não há duas sem três, venho aqui falar uma vez mais sobre a monografia de Santa Cruz. Venho falar porque não obtive resposta à primeira vez e à segunda que expus o problema.

Na Assembleia de Freguesia de Santa Cruz, o Presidente está presente e normalmente responde às perguntas que os elementos da Assembleia lhe fazem. Aqui, não sei porquê esta é a terceira intervenção que faço e sobre os casos que apresentei nas sessões anteriores nada foi respondido. Não sei se às vezes é distração de estar a conversar com o vizinho do lado que não se anota quais as perguntas que os elementos da Assembleia vêm aqui expor, e depois não são respondidos.

Em relação à monografia gostaria de saber, porque é que agora o Departamento do Desporto apoia com verbas as monografias de clubes. Falo em clubes por já há outro clube de Coimbra o Clube Sport Conimbricense que também fez uma monografia comemorando o seu centenário e tem uma promessa da Câmara superior à do Olivais Futebol Clube. Prometeram, ainda não o deram mas está inscrito de certeza que o vão receber.

Quanto às Juntas de Freguesias que mandaram fazer a alguma delas a sua monografia, eu gostaria que fosse respondida a essas. Em relação a Santa Cruz já lá vai, a Câmara deu o que muito bem entendeu na altura, mas tentem saber porque é que as juntas vão receber menos de que alguns clubes, e juntas de freguesia. Gostaria de saber se a Câmara tem apoios para feitura de livros, no Departamento de Desporto e no Departamento da Cultura.

Novamente vou falar de outra situação que é o Parque Infantil da Rua de Aveiro. Há três anos praticamente que aquele parque desapareceu. Na última reunião ainda com o Dr. Carlos Encarnação nesta Assembleia expos o problema e perguntei como estava situação, embora friamente ele apenas respondeu que o equipamento não estava em harmonia com a lei, retiraram. Já não pude novamente intervir porque o período da ordem antes do dia tinha acabado, porque gostava de lhe dar a resposta. Penso que não era resposta que se deveria dar, porque quem ouve os municípios somos nós Presidentes de Juntas, aquele espaço é muito frequentado, agora estão uns monos, a Câmara retirou o

equipamento sem dar participação à junta e nunca mais disse nada. Gostava que o senhor Presidente respondesse a este assunto.

Porque quando se fala muito nas criancinhas e nos idosos, uma coisa é falar, outra é realmente fazer alguma coisa para as crianças e os idosos para que se sintam bem e melhor.

Este é um caso que tem de ser resolvido.

Sobre o Largo das Olharias conhecido por Bota-Abaixo, continua lá aquela bagunçada de redes e cordéis pendurados nos sinais de trânsito e nos prédios, são ferros são papelões, são bancas aquilo é uma vergonha. Como é que a cem metros do coração da Cidade, do Panteão Nacional que é o Mosteiro de Santa Cruz, como é que é possível autorizarem uma coisa daquelas.

Aquilo ali é uma feira de levante, as pessoas vão para lá vender, trazem os carros e as carrinhas, trazem as bancas e as banquinhas, a mercadoria, no fim vão embora e depois ficam plásticos, papelões, tudo cheio de lixo.

Penso que o Executivo deve tomar medidas para que a nossa Cidade se torne mais limpa e ditar regras, se eles não quiserem vão para outro lado.. Os turistas que chegam tiram fotografias àquela vergonha que se encontra dentro da Cidade.

Há 8 dias atrás aqui mesmo à frente da Igreja de Santa Cruz e perto deste Município, esteve um acampamento de pessoas contestatária que nem sei se tinham razão ou não, fizeram. Mas a verdade, digamos que estarmos reunidos livremente, ou manifestarmo-nos livremente, acho isso positivo, mas, já não acho positivo o acampamento ilegal que esteve ali.

As pessoas que frequentavam a igreja se sentiam incomodadas com aquela situação com aquela bagunçada que nem se podia entrar nem sair, eram cães, gatos, mini hortas, tudo ali à porta da Igreja.

Colaram papeis, cartazes, nada se fez, onde anda a fiscalização e a Polícia Municipal deste Município não é para actuarem nestes casos? Não sei o que a Câmara fez, mas penso que não fez nada, não sei qual foi o receio de impedir aqueles manifestantes

Isto foi uma má imagem que desagradou aos Conimbricenses e aos turistas que nos visitam.

No Pátio de S. Bernardo há ali um palacete que era chamada a quinta de S. Bernardo, e houve ali uma intervenção, fizeram-se lá obras e estão por ali uma série de pedras antigas, que o Eng.º Sidónio dizia que era uma espécie de museu a céu aberto, não sei se a Câmara tem algum levantamento daquilo, as pedra que não eram pesadas já as levaram, as mais pesadas mantêm-se, além do espaço que está a ocupar dá um mau aspecto de abandono, até uma estátua de S. Bernardo está naquele monte será que não é de aproveitar aquilo? Ainda não a levaram porque é pesada, senão já não existia também.

O Palacete lindíssimo enorme que está na Azinhaga do Carmo, onde já há uns anos atrás funcionou o departamento de Cultura da Câmara Municipal. A Câmara cedeu o Palacete à ANAI, por sua vez esta tem feito as actividades noutros pontos da Cidade, neste momento encontram-se duas pessoas com um armazenamento de coisas velhas, a área envolvente está cheia de ervas, silvas, caniços ninguém cuida daquilo, pergunto como é que duas pessoas estão a

ocupar aquele palacete todo, quando a Câmara anda á procura de espaços para instalar provisoriamente ou não alguns serviços, pagando algumas rendas elevadas tendo edifícios a não serem aproveitados e a dar mau aspecto.

Penso que a Câmara deve perguntar às Instituições qual é as actividades que fazem, apresentar relatórios, caso não o façam e não precisam há serviços que precisam de espaços!

Espero obter resposta da para da Câmara aos problemas expostos."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês ("Por Coimbra"):

"Acabou de tomar posse o novo Governo Constitucional. Da nossa parte fazemos votos para que o mesmo tenha um bom desempenho governativo, e devolva aos portugueses a confiança e a esperança num futuro melhor, assumindo desde já o equilíbrio da responsabilidade geracional, libertando e desipotecendo o País de forma a devolver a todos nós a auto estima e a honra pátria a que todos temos direito.

No passado dia 6 de Abril, foi um dia triste, foi um dia negro para o nosso País, ficará na história como um marco do declínio económico social de um povo com cerca de 900 anos de história, fruto de um conjunto de políticas erradas que arrastaram o Estado Português para uma situação de autêntica insolvência financeira nacional.

Portugal viu-se compelido nesse dia 6 de Abril a recorrer ao auxílio externo junto da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional. E se não fosse essa ajuda, que entretanto chegou, Portugal não teria honrado os seus compromissos internacionais, que entretanto, se inverteram com o conseqüente crédito junto dos respectivos mercados financeiros cortados e o caos, por desventura, ter-se-ia instalado na Administração Pública Central e Regional.

Mas essa ajuda, implicou à solução enormes e complexas responsabilidades, como o anterior Governo não implementou os necessários parâmetros e da racionalidade e da sustentabilidade económica e financeira, ter-se-á agora que adoptar um conjunto extenso e intenso de medidas, de acordo com os condicionalismos fixados pela designada Troika Internacional. Entra essas medidas, e no que diz respeito a Administração Regional e Local, o actual Governo está obrigado a desenvolver um plano de consolidação para organizar e reduzir significativamente o número dos actuais 308 municípios e 4.259 freguesias, devendo estas mudanças entrar em vigor, segundo diz o protocolo, já no início do próximo ciclo eleitoral local.

Estando ainda o Governo obrigado a realizar um estudo até ao quarto trimestre de 2011 portanto, ainda no decurso do actual ano de 2011, para identificar a potencial duplicação obrigados e outras exigências entre a Administração Central e os Serviços da Administração Regional e Local.

Quero dizer ao Dr. João Pardal que, evidentemente que todos nós comungamos nas preocupações que ele veio aqui trazer a esta Assembleia, há muito que já foi dito nesta Assembleia e que se não fosse o Poder Local o nosso País, por ventura, há muito que já teria compelido em termos de administração.

É de facto que é o Poder Local que todos nós devemos o desenvolvimento social que este País tem registado nos últimos anos, e se, efectivamente, nós de alguma

forma aceitarmos ou formos obrigados a aceitar uma redução significativa das freguesias, por ventura, temo que as assimetrias regionais acentuem e efectivamente o nosso País poderá ficar numa situação pior do que aquela que neste momento se encontra e também não é o Poder Local que contribui para o agravar das responsabilidades financeiras do País. O Poder Local de alguma forma subsiste com muito pouco em relação àquilo em que efectivamente a administração gasta nos vários domínios,

Senhoras e senhores deputados, é perante este difícil contexto, que lembro que esta Assembleia faz representar através de vários membros também aqui eleitos na Assembleia Intermunicipal do Baixo Mondego. Aliás foi marcado para o próximo dia 28 uma nova sessão dessa Assembleia Intermunicipal. Cabe as Comunidades Intermunicipais para além da produção do planeamento da gestão estratégico e do desenvolvimento económico social e ambiental do território abrangido, ou para além da articulação dos investimentos municipais do interesse intermunicipal e da participação da gestão de programas e apoios no desenvolvimento regional no âmbito do QREN outras actuações que competem designadamente nas áreas na articulação das redes de abastecimento público, infra-estruturas de saneamento básico e tratamento de águas residuais, ou nas áreas de articulação das redes de equipamento de saúde, nas redes educativas e formação profissional, na segurança e protecção civil ou até ainda em especial na mobilidade dos transportes etc. É aqui, que se pergunta mais uma vez, se a CIME do Baixo Mondego pode ou consegue articular questões nas áreas da mobilidade, e dos transportes como por exemplo, relacionadas com o projecto Metro-Mondego, quando os três concelhos envolvidos, se verifica que o concelho de Coimbra, pertence à CIME do Baixo Mondego, e os da Lousã e de Miranda do Corvo pertence à CIME do Pinhal Interior. Assim, como é que Coimbra poderá articular, a sua actuação nas referidas áreas, dos transportes das redes de abastecimento público, ou das redes de planeamento quando a CIME do Baixo Mondego, termina exactamente no limite poente da freguesia de Ceira, e como se vê estando de costas voltadas para os concelhos do Pinhal Interior que na prática integram a realidade daquela que é, a área Metropolitana de Coimbra, ficando assim em causa os nexos de continuidade territorial que por razões inaceitáveis, foi posto em causa alguns anos.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, todas estas questões farão concerteza parte do seu núcleo central de preocupações.

É preciso mais eficiência, mais racionalidade, mais planeamento estratégico e mais trabalho.

Portugal não pode ser o País do faz de conta. A CIME do Baixo Mondego é uma parte desse faz de conta, pelo que se continuar como está muito pouco se contribuirá também para o desenvolvimento da região centro.

Cabe pois a V. Ex.^a neste difícil momento, tomar uma posição clara e esclarecida através da sua magistratura de influência política como legítimo primeiro representante do município líder da Região Centro de Portugal."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"Aproveito este momento para agradecer a visita do senhor Presidente da Câmara, aquando a realização da Feira Astronómica de Brasfemes, o convite

quando foi feito era extensivo aos senhores vereadores tenho pena que o vereador Paulo Leitão não tenha tido a oportunidade de nos visitar, porque veria a obra que é a aquisição da barraquinhas que muito dignificou a feira.

Neste invento, normalmente, temos sempre a colaboração da Câmara Municipal com um espectáculo, infelizmente desta vez, e tendo sido sempre à semelhança dos anos anteriores, tendo tido o mesmo procedimento da Junta da Freguesia de Brasfemes, não compreendemos como é que, a três dias da realização da feira se vem dizer à freguesia que não havia hipótese de oferecer o espectáculo. Penso que alguma coisa está mal, penso que a senhora vereadora deve tomar nota, para que no próximo ano possa ser rectificada esta questão.

Gostava de saber se, neste momento, a Câmara tem uma politica de colocação de tapete betuminosos para as freguesias, porque o senhor Presidente não teve a oportunidade de visitar a estrada principal que liga Vilarinho a Brasfemes está um caos, faço questão que o Executivo conheça a freguesia para vez quais são as carências de primeira necessidade na freguesia.

Agradecer aos Presidentes das Juntas de Torre Vilela e da Ribeira de Frades pela sua presença.

Gostava que o vereador Paulo Leitão se empenhasse na questão dos tapetes betuminosos."

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

“Estamos num momento de definição do novo ano lectivo, e como é do conhecimento público os alunos tinham de efectuar a sua inscrição até ao passado dia 15 de Junho.

No presente, ou seja, volvido uma semana deste término das inscrições, ainda não sabemos que escolas no concelho de Coimbra vão efectivamente encerrar!

Desconhecendo-se assim a proposta da Câmara Municipal de Coimbra, no que concerne ao encerramento das escolas!

Como sabemos esta situação afecta centenas de alunos, pais, encarregados de educação, colaboradores e professores e é uma situação que não pode continuar como está.

Simultaneamente o Partido Socialista verifica também que o Conselho Municipal de Educação não reúne há um tempo considerável.

Ao Senhor Vereador João Orvalho, este procedimento de não reunião, no nosso entender é similar ao que se passa com a constituição e consequente audição daquilo que é no fundo o objectivo dos Conselhos Municipais de Juventude, mas, neste caso já não me surpreende dado que o Pelouro da Juventude, Desporto e Lazer da Câmara Municipal de Coimbra efectivamente já desistiu de ouvir os jovens, mas, sinceramente esperemos que o actual Executivo não desista também de ouvir a Comunidade escolar!

Como tal, tendo em conta a importância estratégica que as escolas têm para os cidadãos e para as freguesias do Concelho de Coimbra pergunto neste caso ao Presidente da Câmara:

-Quando reúne o Conselho Municipal de Educação?

-Quando é que, vamos saber que escolas e qual é a proposta da Câmara Municipal para o encerramento das escolas?

Outro ponto que aqui trago prende-se com a moção apresentada pelo deputado municipal Filipe Carrito em que, no fundo propõe uma alteração da lei nomeadamente o artigo 6º ponto 1 do Decreto-Lei 67/2008 de 10 de Abril.

Em primeiro lugar no nosso entendimento na Assembleia Municipal não tem qualquer competência para propôr à Assembleia da República, como tal penso que a terminologia a usar deveria ser aos deputados eleitos pelo círculo de Coimbra, ou a outros deputados que considerem pertinentes. E também não nos parece adequado, que essa proposta seja assinada pela Juventude Social-democrata de Coimbra, mas, sim pelos deputados municipais.

No que concerne ao sumo da moção, nós não acompanhamos esta proposta votaremos contra esta moção uma vez que consideramos que é da competência do Governo efectiva definir a localização das sedes das Entidades Regionais do Turismo.”

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

"Não era para falar sobre este assunto, mas parece-me que o dia 6 de Abril ficou como um marco, não se pense de maneira nenhuma que é um dia só, tem um passado que não poderemos ignorar, e se calhar todos temos alguma culpa, a culpa é de todos e de cada um, alguns têm culpa há mais tempo. Todos tem o seu o seu cunhão na dívida portuguesa, a dívida é do Estado, das Autarquias, mas é também de cada cidadão.

“Presunção e água benta, cada um toma a que pode”. Na ideia de alguns agora é que isto vai melhorar, esperamos que sim, ou será que já está no ar a teoria da desculpa do passado, contrariamente o que foi dito pelo o actual Primeiro-Ministro, Dr. Passos Coelho.

Isto tem cabimento numa coisa que vou falar a seguir, no Metropolitano de Superfície.

Sempre acreditei, agora não tenho qualquer dúvida, depois das promessas e visitas que se fizeram à região nos últimos tempos.

Por isso, queria deixar só este alerta, para dois pontões na Freguesia de Ceira, com mais de 100 anos qualquer um deles, a única conservação que tem sido feita, praticamente, tem sido colocar mais alcatrão, mais alcatrão, penso que tem mais de meio metro em cima, e que correm perigo, além disso são o estrangulamento enorme para o trânsito local.

Estando a decorrer as obras para remodelação da linha, penso que é essencial que é a altura ideal para se resolver este assunto de uma forma ou de outra resolve-lo a linha tem 105 anos, e os pontões tem a mesma idade, são de ferro com pouca conservação e tornam-se um sério risco para a população local."

Intervenção do deputado municipal Mário de Carvalho (PS):

O deputado Mário de Carvalho no uso de defesa da honra tomou a palavra para dizer o seguinte:

"Depois de ouvirmos o senhor Presidente da Freguesia de Santa Clara, aliás um verdadeiro artesão das palavras, não sei se vou conseguir estar ao nível dele. Tal foi a qualidade da argumentação aqui proferida, mas quero aproveitar para dizer que em relação ao facto de, andarmos já há muito tempo a questionar esta

situação da ponte, lealmente se o fazemos é porque o Presidente da Junta de Santa Clara não o faz, se não o faz tem de ser alguém a fazê-lo.

Lamento que ele não esteja na sala, mas enquanto a situação não for resolvida, aliás isto não é uma situação exclusiva deste Executivo Camarário

Dizer-lhe mais do que saber perder é saber ganhar, gostava de o ver aqui para ouvir estas minhas considerações.

Acrescentar ainda que, em Santa Clara sempre que há um problema parece que é preciso pedir autorização ao Presidente da Junta para vir para os jornais ou para vir divulgar o problema, porque sempre que alguém vem com algum problema para os jornais o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santa Clara fica chateado, e vem para os jornais com termos menos próprios, exclusivo imiscuindo-se na vida interna do PS de Santa Clara, isso não entendo e venho aqui dizê-lo frontalmente, não frontalmente porque ele se ausentou.

Em relação à segurança, também já há muito tempo andamos preocupados com a segurança em Santa Clara, alguém escreveu nos jornais que realmente St^a Clara tem sido assolada por uma onda de assaltos, curiosamente sobre um desses artigos o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara manifestou-se que não era necessário tanta polícia em Santa Clara, curiosamente a junta de freguesia foi assaltada pela segunda vez, há dias. Não deixa de ser engraçado.

Estou a tentar chegar ao nível do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara sei que não vou ser capaz, mas vou tentar.

Para terminar, eu não conheço a história do peixe mosquito, embora seja professor de Ciências Naturais, perdoe-me a ignorância, mas conheço a história da carroça vazia, essa história é o seguinte:

Um belo dia um pai e um filho foram passear, imaginemos que eles estavam junto ao Açude Ponte, e ouviu uma carroça junto à Junta de Freguesia de Santa Clara.

E diz o filho para o pai:

-Meu pai, estou a ouvir o barulho de uma carroça;

E diz o pai:

-Sim, também ouço, é uma carroça vazia;

Diz o filho:

-Como sabes que é uma carroça vazia?

Diz o pai:

-Pelo barulho que faz, quanto mais barulho a carroça faz, mais vazia ela está.

Quanto mais barulho as pessoas fazem, não deixando ninguém vir para os jornais criticar, não deixando ninguém vir tratar dos problemas da freguesia, independentemente dos outros partidos, mais vazias elas são."

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

"Há várias sessões atrás, fomos mandatados para constituir um grupo de trabalho com elementos de vários grupos parlamentares, para fazer uma revisão do Regimento desta Assembleia. Um Regimento que já tem vários anos, e que não tem sido muito útil para ajudar, designadamente o senhor Presidente da Mesa a conduzir os trabalhos.

É um regimento muito laconoso, não define bem os direitos dos grupos parlamentares, não define os tempos de intervenção dos grupos. E portanto, entende a bancada do Partido Socialista que uma revisão do regimento pode ser útil para dar ainda melhor trabalho a esta Assembleia.

A primeira reunião foram apresentadas propostas e contra-propostas, mas como é natural na vida política, uns grupos tinham umas ideias, outros tinham outras, algumas divergências, que estarão a necessitar de diálogo e de debate. O que venho a aqui dizer em nome da bancada do Partido Socialista é que, o Partido Socialista tem todo o interesse, como sempre teve, em manter esse debate, esse diálogo, entendemos que essa comissão deveria terminar o seu trabalho no prazo de 90 dias, para que fique definido que na próxima Assembleia Municipal, ou mais tardar em Dezembro, seja devolvida a palavra à Assembleia para ser aprovado ou reprovado as propostas que aqui chegarem.

Que fique claro que, o Partido Socialista não tem nenhum interesse em adiar esta discussão, temos o maior interesse em valorizar o trabalho da Assembleia e facilitar a vida à Mesa, para limitar até o número de pontos prévios, o número de intervenções e interpelações, dar mais ordem a uma Assembleia, como acontece com outras Assembleias Municipais, haver um regimento que regulamente as coisas.

Temos carta branca para decidir as coisas cada grupo parlamentar, portanto vinha fazer um apelo, para que fosse marcada nova reunião liderado pelo Presidente da Mesa da Assembleia, vamos dar os nossos contributos, poderá ter havido divergências no sentido de haver mais ou menos serviços de apoio, acesso a computadores, etc. pode haver divergências, é isto que uma comissão especializada vai discutir, trabalhar para trazer aqui no prazo indicado uma proposta para ser discutida."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Estou absolutamente de acordo com a proposta que é feita. A comissão está constituída, reuniu, teve propostas, foram elas aceites e consagradas, só faltaram as deliberações das bancadas do PS e do PSD pediram tempo para discutirem dentro das suas próprias bancadas.

A CDU fez propostas a esta Assembleia Municipal, concretas de alteração, foi com base nas propostas da CDU que houve discussões. Os grupos parlamentar do PS e da Maioria, acharam por bem até hoje encontrar os espaços para as suas reuniões.

Para que tal não se atraze coadjuvando esta proposta que aqui é feita, proponho, desde já, o dia 6 de Setembro para dar tempo às bancadas da Maioria e do PS para definirem e assentarem definitivamente as propostas aprovadas por esta Assembleia. Porque já há propostas aprovadas por esta Assembleia, digamos que são indiscutíveis. Porque já mereceram o apoio de todas das bancadas. Admitimos naturalmente como não poderia deixar de ser, acolher propostas novas.

De qualquer forma não admitimos que deixem de ser aceites as propostas já aprovadas, admitimos naturalmente acolher outras que pretendam apresentar. Proponho desde já para que isto não caía no esquecimento. O dia 6 de Setembro, pode ser à hora que o senhor Presidente da Assembleia achar mais conveniente."

Intervenção do Presidente da Mesa:

"Só quero esclarecer que estou a recolher regimentos de outras Assembleias, como por exemplo, a Assembleia da República, o Parlamento Europeu. O que está em causa é o tempo de palavra, é uma grande limitação dos grupos mais pequenos, mas é a democracia que este é o grande problema, e o outro é o seu grupo querer instalações maiores e tudo isso."

Intervenção do deputado municipal Filipe Carrito (Por Coimbra):

"Queria só fazer aqui dois reparos.

O primeiro prende-se com a sugestão que foi dada aqui pelo deputado André Oliveira.

Nós aceitamos essa recomendação, e que no texto da moção passe a constar:

Assim, ao dia 22 de Junho de 2011, propõe-se que a Assembleia Municipal de Coimbra delibere no sentido de propor aos deputados eleitos "Por Coimbra" na Assembleia da República a alteração da redacção do artigo 6º ponto 1 do Decreto-Lei 67/2008 de 10 de Abril.

O segundo para dizer o seguinte: queria que ficasse aqui registado já todos pensávamos isso e tivemos a confirmação.

Que esta bancada do Partido Socialista depois da posição que foi aqui tomada pelo deputado André Oliveira, concorda e nunca discordou com a deslocalização da sede da região do Turismo do Centro.

Quando se fala de regionalização e descentralização é isto mesmo que se fala, portanto estão a votar contra estão a votar contra a descentralização."

Intervenção do Presidente da Câmara em resposta a alguns assuntos colocados pelos deputados municipais e presidentes de juntas de freguesia:

"Muito rapidamente, duas ou três notas.

As questões da rede escolar, reunião do Conselho Municipal de Educação.

Queria informar os senhores deputados que só na quinta-feira, se concluiu eleição os representantes ao Conselho Municipal de Educação que faltava eleger. O representante das IPSS, e finalmente em condições de se marcar a reunião que decorrerá antes do verão.

Também as inscrições para as escolas, outra questão aqui levantada. A informação que tenho é que, houve um prolongamento do prazo, para a inscrição dos alunos, portanto, só no dia 24 de Junho é possível saber finalmente onde estão inscritos quantos alunos.

Já está marcada para dia 28 de Junho uma reunião entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Direcção Regional de Educação, onde essa questão vai ser abordada.

Foi mencionado aqui, a propósito de uma moção, que tem a ver com a Cena Lusófona, as obras na ala central do Colégio das Artes estão, de facto, para se iniciarem até ao final deste ano, o concurso está pronto, espero que vá à próxima reunião de Câmara ou à seguinte, da parte municipal estamos a fazer

todo o possível para não deixar morrer a ideia da Cena Lusófona, vamos ver se ainda chega a tempo.

Também informação sobre aquele assunto do prédio que tem uma piscina de água estagnada nas traseiras, ou seja na Avenida Navarro, está em apreciação na Câmara Municipal um projecto de construção naquele local, de um edifício destinado a habitação, está ainda a ser avaliado aqui pelo serviços da Câmara, se estiver tudo em ordem, de pressa teremos uma obra para substituir o buraco que ali se encontra.

Outro assunto o que diz respeito às antigas instalações do ISCA, aproveito para dizer que infelizmente foi um daqueles projectos que correu demasiado mal na nossa Cidade. A ideia era fazer ali, uma escola de empresas e negócios, coisa que seria feito entre o Politécnico, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Economia, chegou a haver dinheiro de dois quadros comunitários de apoio e infelizmente porque as partes se zangou, o projecto nunca avançou e o edifício foi-se degradando.

Eu próprio pedi à Protecção Civil que avaliasse as circunstâncias, e entregaram-me o relatório, notificamos a Universidade que é a proprietária daquele imóvel. Tive a informação aqui numa reunião que tive com os vice-reitores, que já estava dada a ordem para emparedar todos os acessos para impedir a intrusão do espaço. É, de momento, o que se consegue fazer para minimizar o problema. Esperemos que haja uma solução de fundo que terá que ser encontrada pela Universidade de Coimbra e com o Politécnico sempre com a colaboração da Câmara, como fiz saber ao senhor vice-reitor com quem estive reunido.

Naquilo que diz respeito aos apoios a monografias, naturalmente as despesas que a Câmara faz, são aquelas que estão previstas no seu orçamento, o orçamento é controlado e aprovado por esta Assembleia Municipal, e depois cada um dos seus vereadores gere o orçamento dentro dos limites que a lei lhe permite. Aqui todos os vereadores no âmbito que está definido no orçamento e no âmbito das regras orçamentais que são definidas na Câmara de Coimbra, pois tem a liberdade para gerir o seu orçamento na maneira que lhes parecer mais eficaz para a actuação municipal.

Também me perguntava o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz sobre a questão do Parque Infantil da rua de Aveiro, um assunto que todos nos preocupa e a mim particularmente, só para dizer que, neste momento, estão a ser avaliadas as propostas para reparação desse parque infantil, e que muito brevemente será possível dar início às obras de requalificação e reparação daquele parque.

Também sobre o Terreiro da Erva, não gosto de falar antes das coisas estarem feitas, mas quero dizer, já que uma vez mais que um vereador estamos a trabalhar na questão do Terreiro da Erva, mas de facto, tenho muita pena, daquela degradação do espaço, estamos a trabalhar para isso que o Terreiro da Erva possa ser o início de uma nova alma para a nossa Baixa, espero que em

breve tenhamos notícias interessantes para dar a todos, onde estamos já há alguns meses a trabalhar nesse dossier.

Dizer ao senhor Presidente da Junta de Brasfemes que sobre os betuminosos, foi feito há um ano uma avaliação de quanto custava resolver todos os problemas betuminosos no nosso Município. Custava acima de quatro milhões de euros, naturalmente o Município não tem capacidade para num ano só recuperar e fazer quatro milhões de euros, multiplicamos o investimento no ano passado e vamos fazer quase um milhão de euros de investimento na reposição de betuminosos. O que não vai, portanto, resolver todas as situações, ficará ainda três ou quatro das situações para resolver. Naturalmente vamos nos próximos anos, vamos continuar este esforço de recuperação de maneira a termos uma cidade onde se possa circular em segurança quanto nos fôr possível.

Sobre o encontro das Confrarias que vai ter lugar entre o dia 2 e 3 de Julho, de facto, uma proposta que nos chegou por parte da Federação das Confrarias e do Turismo de Portugal. Chegou em cima da hora, vai ser o segundo encontro nacional, o primeiro foi em Lisboa, como a questão nos foi posta só havia a possibilidade de ser nesses dias, uma vez que se trata de um evento nacional, que trás pessoas do País inteiro a Coimbra, entendemos que deveríamos agarrar e ainda sendo um fim de semana das Festa da Cidade, que não poderíamos deixar fugir esta oportunidade deste evento com custos relativamente baixos, para a Câmara de Coimbra e portanto, avançámos com luz verde para esse evento. Espero que o espírito possa ser animador para todos os eventos realizados nesses dias, nenhum deles como concorrentes vamos tentar todos que assim seja. Foi isto que entendemos não deixar fugir um evento desta envergadura que era uma oportunidade única de ser realizado em Coimbra."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Em relação aos betuminosos uma vez que também tenho falado nesse assunto, eu sugeria o seguinte:

Para poupar dinheiro à Câmara, era que quando houvesse alguma intervenção em alguma via pública, por exemplo, energia eléctrica, infra-estruturas de água, gás, que a empresa que faz essa intervenção, pelo menos, asfaltasse metade da rua porque isto é que dá cabo dos pavimentos que ficam, só cobrir aquela zona. Havia no meu tempo como vereador propostas nesse género, penso que é uma maneira, da Câmara poupar metade do esalfamento da rua, é uma sugestão que deixo."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"Não poderia deixar de dar resposta ao senhor Presidente da Câmara depois da sua intervenção.

Aceito exactamente que o evento das Confrarias viesse para Coimbra, porque até dão mais visibilidade a Coimbra obviamente. Um evento de uma Junta de Freguesia é uma coisa ali de uns indivíduos virados em papagaios a fazer mais propriamente do que deviam, mas de facto a resposta que o senhor Presidente deu, obviamente que esse evento das Confrarias dá mais nas vista, tem televisão,

dá mediatismo, do que um evento na Baixa e de uma Junta como a de S: Bartolomeu.

Com o devido respeito e pela decisão que o Município tomou, mas não foram acauteladas as aprovações que o Executivo Municipal aprovou, um evento que já há meses atrás tinha sido pedido para o dia 2 e 3 que era da Freguesia de S: Bartolomeu

A questão é simples, o que é que vou transmitir aos grupos e às pessoas que estão contratadas para o evento. Não ouvi dizer da sua parte, que o Município está disponível a minimizar as despesas da Junta de Freguesia, não somos ricos, o que pretendemos fazer a dinamizar a Baixa de Coimbra, uma coisa que competia à Câmara de Coimbra arranjar soluções para dar mais vida à Baixa da Cidade de Coimbra que está a ficar arruinada. Fazem-se eventos que se colidem um com os outros, dei o exemplo do Chiado, palavras para quê?

O problema é o prejuízo que vai acarretar à Junta de Freguesia e aos participantes, estamos a falar de Grupos Folclóricos, não estamos a falar de Confrarias ricas do País. "

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

"Queria fazer um reparo em relação às respostas do Senhor Presidente da Câmara.

O que a CDU esperava aqui hoje, era que independentemente quando acabam as inscrições, ou não acabam a Câmara, a Autarquia de Coimbra tivesse uma posição, face ao possível encerramento, e face as possíveis fusões. Porque estas coisas de quantos meninos inscritos, é uma questão técnica que vai ter influência efectivamente para vermos se as escolas do 1º ciclo a, b, ou c, tem o tal limite que alguém inventou que deveria ser 21 alunos.

Agora, independentemente, daquilo que já está previsto e programado há anos, já vem do governo PS, foi com o Governo PS que os encerramentos foram determinados, pensamos e porque noutras ocasiões isso aconteceu que independentemente disso a Câmara certamente já reflectiu sobre o assunto e sabe que posicionamento vai ter, face ao aceitar de mão beijada, digamos assim aquilo que vai ser imposto, ou se tem uma opinião formada, face se encerra tudo, ou se encerra só isto, como é das fusões; esperamos que haja mais informação aqui hoje. Esperamos por outra oportunidade que não será a próxima Assembleia Municipal, é tarde de mais. "

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação as moções apresentadas à Mesa:

As moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda e atrás transcritas respectivamente **Contra a construção da mini-hídrica no Rio Mondego e Apoio à Cena Lusófona** foram as duas aprovadas por unanimidade.

Relativamente à moção apresentada pela **“Coligação Por Coimbra”** e atrás transcritas sobre **Moção de promoção da Alteração do artº 6º ponto 1 do DL 67/2008 de 10 de Abril** a mesma foi aprovada com 46 votos a favor e 9 votos contra.

Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo:

"Em relação a esta proposta que nos é aqui presente.

Quando se propõe aqui que a lei preveja que sejam entidades constituintes que vão definir a localização sede da entidade que fazem parte, estão, independentemente das boas intenções, o que é de facto é que isto extravasa aquilo que deve ser correcta pré definição da organização do território

Não faz sentido absolutamente nenhum que seja o critério de entidades que se auto organizam para definir, sem se ter uma visão correcta da organização territorial ou para que elas prestam serviço. Não faz sentido este tipo de propostas que seja dado esse critério.

A organização territorial deve pré existir e a cooperação dentro dessa organização territorial é que deve definir os seus componentes e de onde deve funcionar a sua sede.

Daí o nosso voto contra."

Aprovação de acta:

Previamente distribuída a minuta da acta da última Assembleia realizada a 2 de Março de 2011, foi a mesma aprovada.

O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação uma proposta do Partido Socialista que propõe que seja alterada a ordem de trabalhos, ou seja, o Ponto 12 passar para primeiro lugar.

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu:

"Somos favoráveis a manter-se, não vemos razão nenhuma para que este ponto esteja como dos primeiros pontos da ordem de trabalhos, não vemos razão nenhuma para se alterar a ordem de trabalhos.

Aproveito a oportunidade exactamente para reafirmar a nossa intenção de rapidamente se fazer a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal e a nossa disponibilidade para reunir para se fazer a revisão."

Posta à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista a mesma foi aprovada com 31 votos a favor e 24 votos contra

Período da Ordem do Dia:

Uma vez aprovada a mudança do ponto 12 para o ponto 2 da ordem do dia, passou-se de imediato à sua discussão.

Ponto 12 - Reestruturação Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra:**Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):**

"Relativamente a este ponto, o decreto-lei nº 305/2009 de 23 de Outubro estabeleceu um novo enquadramento Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais. O principal objectivo é contribuir para a modernização e simplificação dos processos, melhorando o serviço prestado aos munícipes. Esta lei tinha que ser cumprida, implementada até ao final do ano passado, o que não foi feita.

Este novo elenco/versão II da Câmara Municipal de Coimbra para suprimir a falha da versão I, neste caso a versão do Dr. Carlos Encarnação, contratou uma empresa para elaborar o projecto da revisão orgânica da Câmara Municipal de Coimbra, que hoje vai ser discutido e votado apresentando-nos o Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Coimbra, organograma e um pequeno quadro dos dirigentes Estrutura Nuclear Flexível.

Apresentaram agora a Estrutura Nuclear Flexível que não estava na informação anterior.

Informa o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que devido as imposições da Troika, isto na informação do Senhor Presidente, que, durante o ano 2012 a Administração Local vais ser obrigada a reduzir em 15% o número de unidades orgânicas.

Segundo o Quadro apresentado no que diz respeito aos Directores Municipais houve uma redução de 33,33% quanto aos Directores de Departamento a redução foi de 0% no que diz respeito aos Chefes de Divisão a redução é de 16,67%.

Isto quer dizer, que para ser cumprido esta solicitação bastava reduzir 3 Director de Departamento para se atingir os 16,67% de redução.

Ora reduzir três departamentos na actual estrutura vai modificar substancialmente esta estrutura nuclear.

Passaram 6 meses para este processo fosse apresentado, caso ele seja aprovado tem dois meses para ser publicado em Diário da República (8 meses). Com o novo Governo em funções a aplicação do princípio dos 15% de redução às unidades orgânicas que o Sr. Presidente diz ainda não conhecer o detalhe deste princípio, certamente irá ser esclarecido durante este período.

Pergunto

Fará sentido fazer agora uma reestruturação orgânica com os inconvenientes que trás? (desmotivação do pessoal, custos de indemnizações às chefias, custos com a abertura dos novos concursos, (agora e depois) pagamentos não sendo este aprovado a empresa tem que reformular sem novos custos??

Porque não pensar numa alteração já definitiva a elaborar até final deste ano?

(Quem prevaricou 6 meses pode prevaricar mais 3 ou 4 poupando assim, muito dinheiro a esta Câmara Municipal.)

Como não existe regime transitório todas as chefias caem, tem a Câmara Municipal de Coimbra que nomear as chefias interinas abrir concursos, (mais verbas gastas) pagar o diferencial do vencimento de um chefe de Divisão ou Director de Departamento até o máximo de um ano (mais dinheiro gasto), a motivação destes funcionários vai diminuir, a produção de trabalho baixa o que se traduz numa pioria dos serviços prestados aos munícipes o que vai contrariar um dos objectivos da implementação desta Lei.

Sr. Presidente da Câmara, o Senhor sabe muito bem que os tempos que correm não são propícios aos desperdícios, principalmente de dinheiros públicos.

Por isso, sugere-se que aproveitando o trabalho desenvolvido que custou 29.000€ aos cofres da Câmara Municipal, a mesma equipa não sei se vai levar mais dinheiro de uma reformulação ou não, não conheço o contrato efectuado pela câmara com essa empresa, ou criando uma equipa de técnicos da casa possam desenvolver um novo projecto de reestruturação para ser aprovado pela

vereação da Câmara e Assembleia Municipal a fim do mesmo ser publicado em Diário da República até Dezembro de 2011.

Isto ía trazer benefícios financeiros para a Câmara Municipal de Coimbra.

Propomos a retirada do presente processo ou caso V. Ex.^{as} o não fizerem o PS votará contra ou em função das explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Apreciação da proposta de Regulamento da Estrutura

Orgânica Nuclear da CMC

A renovada proposta de alteração da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra acolhe algumas das apreciações críticas feitas pela CDU na Assembleia Municipal do passado dia 27 de Abril.

Muito embora não se perceba qual a utilidade de recorrer a uma entidade externa à Câmara Municipal, quando nesta existe um quadro de funcionários experientes e conhecedores das ineficiências e das formas para as corrigir, bastando para tal criar as condições de participação que se exigem numa organização modernal está hoje mais claro o quadro estrutural em que se vai desenvolver a actividade da Câmara Municipal e a hierarquia das competências e decisões.

Com efeito, mais do que uma reestruturação ponderada para um eventual aumento da eficiência, aparece hoje mais evidente que este modelo corresponde a uma necessidade de um reequilíbrio interno de poderes, após as alterações dos protagonistas da maioria.

Daí a razão de não haver significativas alterações às unidades orgânicas, antes rearranjos quanto à sua inserção nos vários departamentos.

As mudanças mais evidentes — a criação de uma Direcção Municipal de Modernização e Desenvolvimento Organizacional e Departamento Jurídico e do Contencioso — carecem de tempo para se demonstrarem mais do que meras declarações de intenção.

A ver vamos, se esta proposta fôr aprovada.

Se, por um lado se afigura muito pesada a estrutura que se propõe aligeirar e modernizar os serviços, por outro, não parece suficientemente justificada a fusão dos Gabinetes Jurídico e de Contencioso com o Departamento de Notariado e Património, tendo em consideração a especificidade das tarefas (e não complementaridade das mesmas) que cada uma das estruturas a extinguir prossegue e que agora se fundem numa só unidade orgânica.

Justificaria neste caso que, de acordo com a especificidade das tarefas uma maior departamentalização das mesmas.

Só quem não tem uma visão correcta, provavelmente alguém que veio de fora, e que não tem uma noção exacta do que é um Departamento Jurídico e Contencioso interno da Câmara e com as responsabilidades notariais da mesma Câmara e escriturais da mesma Câmara, provavelmente alguém que veio de fora, não tem a exacta noção das diferenças reais e departamentalizadas em relação a estas duas tarefas.

Parece-me um erro crasso que eventualmente se vai pagar caro em termos de eficiência e de eficácia de trabalho.

Muito embora eventualmente se poupe algum dinheiro em algumas chefias.

No entanto, talvez mais do que esta apreciação, pontual e casuística em relação a estas duas grandes alterações, que aparecem agora mais evidentes nesta nova proposta.

Por muita adequada que se mostre uma estrutura ela nunca se tornará eficaz, se os canais de comunicação não funcionarem, se as delegações de poderes não existirem, se não se verificar uma autonomia controlada de todos e cada um dos níveis de decisão. E isto não está claro nesta proposta. Direi mais, isto está ausente desta proposta!

Uma estrutura orgânica não vale por si, vale pela forma como é projectável o seu funcionamento.

Se não sabemos quais os tipos, em que moldes, em que termos é que são delegadas competências, quem faz o quê, quem manda aonde, não podemos saber se o contínuo, ou seja, o auxiliar administrativo, responsável por abrir a porta tem de ir a despacho com o Senhor Presidente da Câmara.

É um lapso grave, em termos de estruturação orgânica, de facto, não sabemos se, no papel algo pode aparentemente ser adequado e veremos se ela funciona, não sabemos se de facto responde na prática por inexistência dos outros mecanismos são fundamentais para o funcionamento de uma estrutura, se ela vai efectivamente ser capaz de funcionar cabalmente e com a eficácia que todos nós desejamos. Esperemos de estar errados...

É esta a apreciação possível de uma orgânica que no curto ou médio prazo pode ter que vir a ser alterada por imposições externas mais do que por necessidades sentidas. Estamos a falar naturalmente das imposições que decorrem dos factos assinados pelos partidos da Maioria, que assinaram as imposições externas que nos são feitas, e que naturalmente podem vir a ter aqui reflexos. Naturalmente que a maioria aqui reflecte também aqui esses partidos é também co-responsável com as alterações que vierem a ter que ser feitas. Não vale a pena chorar antes do tempo porque são tão responsáveis agora, como serão quando elas tiverem que ser feitas.

Porque estas interpretações literais daquilo que lá está escrito, nomeadamente nestas reduções de 20 ou 30% das divisões autárquicas podem não ter reflexos iguais em todos os concelhos.

Cá estaremos nós para discutir isto, cá estaremos nós para ver qual é o peso real que cada estrutura regional partidária ou não vai ter para as decisões futuras. Em suma, quem é que vai ser efectivamente prejudicado com um L maiúsculo, no meio destes negócios troikeiros em que esta rapaziada se comprometeu.

Não podemos finalmente deixar de reafirmar que se mantém a omissão grave (provavelmente ilegal) e sem pelo menos, apresentar alternativas de enquadramento, a estrutura de apoio da Assembleia Municipal obrigatória por Lei.

Provavelmente posso dizer, pode não ter um reflexo directo ao nível da estrutura, ou do regulamento orgânico municipal. Mas o que é facto é que nós não temos um Regulamento Orgânico da Câmara Municipal, este é um equívoco, que recorrentemente aparece nestas normas e posso dizer que tive a preocupação de ir consultar outros Regulamentos Orgânicos e todos eles incorrem numa omissão importante. É algo diferente um Regulamento Orgânico da Câmara Municipal do que um Regulamento Orgânico de um Município. Um Município

engloba a Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal é a parte integrante de um Município. É parte integrante de um município e reflecte os seus custos administrativos e de apoio no orçamento do município. E deve na minha modesta opinião fazer parte, como é unidade autónoma como decorre da lei, ainda por coincidência de meios por parte da Câmara Municipal, mal seria que é o executivo municipal se assim não o fosse é quem dispõe dos dinheiros, mas a Assembleia Municipal é Município e o que estamos a discutir é a estrutura orgânica nuclear do Município e faz todo o sentido que nós englobemos os serviços da Assembleia Municipal.

E daí que esta seja uma questão recorrente da nossa apreciação e não deixamos que isto caía em saco roto porque tem tudo a ver com a discussão que tivemos à pouco tempo, tem haver com os meios e as capacidade de intervenção dos deputados municipais, individual ou organizados em grupos municipais, as suas capacidades de apoio e o respeito que se tem pela sua actividade e as condições que elas desenvolvem. Naturalmente que o Senhor Presidente tem um primeira responsabilidade, não por ser quem é, mas por ser o Presidente que nós elegemos, e é o Presidente que responde pelas condições de funcionamento nesta Assembleia.

Por isto, estas discussões têm a ver todas umas com outras, não ser indiferente que estas matérias aqui venham reflectidas. Porque senão a Assembleia Municipal que é o órgão essencial do Município, apesar na prática o Executivo assumir grande parte das suas funções, do ponto de vista hierárquico é a Assembleia Municipal o órgão essencial deste Município e acaba por ser o parente pobre do seu funcionamento, que nem se quer vê delimitado e concretizado no papel e na estrutura orgânica o seu espaço próprio de apoio.

Não faz sentido, é uma crítica fundamental enquanto membro da Assembleia Municipal e na defesa e no respeito que este órgão merece.

Senhor Presidente, a si também se estende esta crítica, porque faz todo o sentido que se imponha nesta matéria e que se veja respeitado e fazermo-nos a nós respeitados, fazendo integrar no sítio certo, com a dignidade própria o espaço de apoio a esta Assembleia Municipal.

Em qualquer dos casos, mais uma vez, se trata esta Assembleia Municipal com a sobranceria e desprezo, sem que o seu Presidente, repetimos no mínimo se faça ouvir, se faça respeitar.

Registamos o esforço efectuado de tornar mais claro o que se pretende mantemos, no essencial as objecções antes levantadas pela CDU.

Não pode por isso este Regulamento obter o nosso voto favorável."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Não gostava de repetir o que já escrevi, como poderão todos ler. De facto há aqui uma opção de fazer uma reestruturação, digamos conservadora, muito pouco radical, como se percebeu rapidamente olhar para o que está.

Foi um assunto da minha reflexão, aquilo que o senhor deputado Jorge Lemos aqui veio dizer, há de facto um documento da Troyca que fala de uma redução que ninguém sabe ainda bem, nem como, quando e de que maneira exacta. E nós, se quiséssemos ir ficando à espera, poderíamos optar por aguardar mais uns meses para ver o que viria até ao fim do ano, e assim ía ficando adiado.

A questão para mim, põe-se de uma maneira muito simples, vale apenas ou não, há ganhos suficientes, é aquilo que eu espero, há ganhos suficientes de melhoria de funcionamento da Câmara para arriscarmos a fazer já esta pequena alteração orgânica, ainda que não sabendo se no prazo de um ano vamos ser obrigados a fazer outra, ou não? É uma dúvida legítima, eu acompanho nessa dúvida.

Apesar de tudo depois de reflectir os prós e nos contras das duas opções, eu pessoalmente entendo que vale a pena correr esse risco, não sabendo o que aí vem, nenhum de nós conhece o que o Governo actual pensa nessa matéria, o que acho é que temos a obrigação de pôr esta Câmara a funcionar melhor, do que aquilo que ela funciona neste momento. E se pudermos contribuir através de um pequeno ajustamento orgânico, repito é disso que se trata, se podermos ajudar que isso aconteça. Chamo aqui atenção, para este lado que me procurei escrever, num período de crise como este, é muito importante que a Câmara seja mais activa, chamamos assim na sua política de desenvolvimento económico directo.

A Câmara tem de estar mais perto das empresas tem de puxar mais empresas para Coimbra, tem que ajudar a germinar mais empresas, tem que as acarinhar de outra forma, e por isso, me parece fundamental a criação deste novo departamento, já esteve previsto há anos mas realmente não funciona, há mais de cinco, parece fundamental esse pequeno ajustamento orgânico. Fazer uma pequena estrutura na Câmara que pega de outra forma, de maneira a que a economia da nossa Cidade se robusteça num período de crise como aquele que já estamos a atravessar, sendo que se prevê que ainda venham tempos piores.

Portanto, pesando prós e contras, o risco de eventualmente daqui a ano e meio de podermos que mexer nisto, é um risco de facto que permanece não temos a certeza. Neste momento já conseguimos com o que aqui está, a despesa que implica esta estrutura, em relação há despesa que implica a estrutura actual no caso, num e no outro caso estarem todos os cargos ocupados representa cerca de 15% a menos da despesa, há de facto uma poupança que já se aproxima do objectivo da Troyca. Não sabemos se a Troyca ainda quererá mais 15% nem sabe o senhor deputado nem sei eu!

A opção foi, em vez de ficarmos à espera mais uns meses ou um ano e meio, enfim, deixando andar este assunto, pode gerar algumas inseguranças dentro da própria casa entendemos que valia a pena desde já dar este pequeno passo.

Daqui a uns meses cá estaremos todos para avaliar, tenho a certeza, que se isto for hoje aqui aprovado e se nos implementarmos bem, agora teremos de o implementar bem, naturalmente fazê-lo a provocar a menor incerteza, o menor desconforto possível de toda a organização, como é obvio à toda uma questão de implementação daqui para a frente, mas se o fizermos bem, tenho a certeza que daqui a uns meses perceberemos que esta Câmara estará a funcionar melhor. Naturalmente é esse o objectivo com que isto é feito. "

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Relativamente a este ponto e segundo os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara que nos apresentou um dado que não estava explanado nesta informação, esse dado para nós é importante, porque:

Quando diz que com esta estrutura apresentada que vai haver uma redução igual ou um pouco superior aos 15% já apresentados é um dado importante para nós.

É bom que a Câmara consiga reduzir os custos, porque a nossa proposta é uma proposta para não haver mais custos. Não pomos em questão, nem em causa, o organigrama apresentado, o PS não põe em causa a vossa gestão tem de ser conduzida da melhor maneira e na maneira que vocês querem pensar, é da vossa inteira responsabilidade.

O nosso ponto de vista é minimizar custos para a Câmara, sabemos que isso é importante.

Essa situação agora apresentada pelo Presidente da Câmara que com a estrutura apresentada e com a estrutura a implementar que vai reduzir os tais 15% satisfaz-nos de alguma maneira.

Portanto, o nosso voto em princípio não vai ser contra mas vamo-nos abster."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu ("Por Coimbra"):

"Ouvi com muita atenção a intervenção da CDU, com a extrema atenção e quero dizer que não concordo nada com ele.

A intervenção do deputado Jorge Lemos vem pôr as coisas no seu devido lugar, e é exactamente isto que nós pretendemos, que seja uma estrutura mais adaptada, mais flexível, e que atinja outro objectivo que é o essencial que é reduzir os custos.

O que foi dito pelo deputado do PS, havendo aqui uma ideia que poderemos estar de acordo, eventualmente com a abstenção da bancada do Partido Socialista, proponho que passassemos à votação."

Colocado o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar com 27 a favor e 28 abstenções a **Reestruturação Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra**, conforme proposta da Câmara Municipal datada de 13 de Junho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do deputado Maló de Abreu:

"Senhor Presidente, eu queria que entendesse o que vou dizer como uma declaração de voto.

Se nós soubéssemos, se tivéssemos sabido antecipadamente, que o debate sobre este assunto ía ser tão vivo, ía ser tão intenso, ía ser tão profundo, nós teríamos aceite alterar exactamente a ordem de trabalho neste sentido."

Ponto 2 - Concessão da Rede de Iluminação Pública no Município de Coimbra:

Intervenção do vereador Paulo Leitão

"Este concurso de iluminação pública nasceu e esteve inscrita no programa da "Coligação Por Coimbra", sufragada nas eleições que constituíram este dois órgãos quer Câmara quer Assembleia Municipal de Coimbra.

Os objectivos que presidem a este concurso é ter uma melhor qualidade de iluminação, uma melhor qualidade de serviços, melhorar os serviços em termo de resposta, e ter uma melhor qualidade de iluminação, uma melhor qualidade de serviços melhorar o serviço em termos de resposta, quer em todos os outros serviços inerentes, à mesma iluminação pública, melhorar e eficiência energética da iluminação pública e promover a poupança energética.

Gostava de falar nos antecedentes, como sabem o Município de Coimbra tem contrato de concessão com a EDP, assinado em 2001, no qual permitam-me dividi-lo em três parcelas.

O município de Coimbra consignou a distribuição da baixa tensão à EDP/distribuição e por isso recebe uma renda, salvo valores arredondados, à volta dos 3.000.000€, ou seja 3% da facturação no concelho de Coimbra. Tem pago todos os anos a tempo e horas a factura energética de iluminação pública. Só para dar exemplos, tem vindo a subir nos últimos anos vertiginosamente. Eu a alguns de vós quando conversei sobre este assunto, induzi-vos em erro, não foi um 1.900.000€, a factura do ano passado, foi um pouco mais, posso depois dar os valores correctos. E existe esta parcela de factura energética que, neste momento, é facturada pela EDP ao serviço municipal. E complementarmente a estas duas parcelas, a EDP segura a gestão e manutenção da rede de iluminação pública.

Só existe um município apesar de ter um contrato semelhante a todos os outros municípios que é o município de Lisboa que assegura ele próprio a manutenção da sua rede de iluminação pública.

Ou seja, nós procuramos, e vocês estão cientes do tipo de tecnologia em que está dotado o nosso parque de iluminação pública grande parte dela em vapor de sódio, uma iluminação com uma estruturação cromática relativamente estreita e nas zonas mais rurais ao concelho encontramos lâmpadas de vapor de mercúrio, com baixos níveis de rendimento e de deficiência energética.

O que é que procuramos aqui do ponto de vista e propusemos à Câmara.

Basicamente foi procurarmos uma forma de nos organizar a iluminação pública substituindo todas as luminárias do concelho, por luminárias de tecnologia leves, mas, não nos ficamos só por aqui.

Propusemos também a criação e a implementação de um sistema de iluminação pública, procurando a todo o momento poder operar a respectiva rede e a respectivas luminárias e também ter o conhecimento o estado em que as linhas se encontram em operação ou seja, isto invertido no cadastro permite saber em qualquer momento o desempenho de cada uma das luminárias, o objectivo é ter acesso a qualquer altura do dia se todas as plataformas estão todas em funcionamento se algumas fundiram, este sistema de gestão vai permitir ter este acesso, quer do ponto de vista do conhecimento da Câmara e do funcionário quer também do ponto de vista depois da sua operação de manutenção.

Para isso, isto é um valor que não se encontra nos documentos do processo e concurso, nós estivemos a pesquisar no mercado e quantificar o quanto seria o investimento para o município, se tivesse por si só quanto teria de despende para partilhar as 34 mil luminárias que neste momento se expõe no concelho. O valor em si arredonda os 12.000.000€.

Ou seja, se quiséssemos substituir todas as laminárias eléctricas do concelho, por luminárias de tecnologia leve, redundaria esse valor. Neste momento não é comportável para o cofres do município ter esse valor em investimento e então procuramos ter aqui daí o permitido fazer este investimento e ao mesmo tempo garantir a sua manutenção e viabilidade durante o período da concessão. Por isso arranjam um concurso, cujo os concorrentes serão na obrigatoriedade durante três anos, fazer este repatriamento de todo o concelho e depois irá

transferir para esta terceira entidade a competência ou seja, a obrigatoriedade de pagamento da factura energética ou seja, ou seja, deixa a câmara a de pagar à EDP /Serviços, passa a ser esta entidade a pagar ao fornecedor de energia para a iluminação pública.

O que é que a Câmara aqui apresenta e arquitectou neste modelo do concurso, existe um valor base, é o valor da factura relativo ao ano passado, foi relativamente bastante a baixo do valor facturado no ano passado, 1.900.000€, em que os concorrentes terão que apresentar propostas abaixo deste valor, porque senão automaticamente excluídas.

Quero aqui salientar algo do ponto de vista da transparência, quer a Câmara, quer aos senhores deputados municipais não virem dizer daqui a uns anos que nós não falamos verdade e daqui a uns anos se vir a pagar mais. Este valor é actualizado da seguinte forma, é actualizado através da entidade reguladora, para a actualização da factura de energia para a iluminação pública, e não só há outra componente que concerne se quisermos investir na rede com nova urbanização e se as Juntas de Freguesias venham a sugerir e a implementar criações há rede este valor tem que depois ser invertido também no próprio contrato, ou seja, é natural a melhor forma de conseguirmos comparar estas duas situações era este 1.900.00€, significava nós não faríamos mais nenhuma implementação de rede, que não havia novas urbanizações e que não havia actualização da factura energética que não existia basicamente inflação, é com base nisso e por isso queria salientar estes dois factores de correcção, para não virem dizer que garantimos que aquele era o valor máximo e depois isso não se viria a verificar.

Estarei disponível para responder algumas das questões. Queria salientar aqui dois motivos:

Primeiro o facto de não adoptarmos como foi feito em alguns municípios, adoptarmo-nos só para uma pequena franja e de propomos no fundo o concelho todo a ser partilhado. Isto tem dois factores, um a economia fiscal, julgando com o maior volume aqui com um preço mais baixo de fornecimento das respectivas luminárias. Neste momento, quando nós percorremos a via do nosso concelho constatamos nas vias mais urbanas temos certa a iluminação e nas vias mais rural temos deficiência na iluminação...

Se nós avançássemos só com a rede urbana dificilmente íamos fazer a rede rural e foi por isso que propusemos a sua totalidade de rede

Queria dizer que não estamos aprovar as peças do procedimento concursal, essa é uma das competências da Câmara Municipal estamos sim a aprovar as despesas plurianuais."

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio (Por Coimbra):

"A minha intervenção baseia-se no fundo num apelo à nossa responsabilidade cívica independentemente das nossas bancadas.

Como o vereador Paulo Leitão já explicou, parece claro que a rede vai degradar-se e as condições actuais não são as melhores. Não se trata de uma rede pública inteligente, não é amiga do ambiente, não é prática e em breve podemos a vir a ter problemas, até de segurança relacionados com a energia.

Em certas zonas já se verificam faltas de lâmpadas e em algumas zonas as que existem não são o sistema ideal. O sistema a implementar será melhor em termos de custos e de iluminação. E parece-me que é uma responsabilidade enorme da nossa parte sermos capazes de:

Primeiro, confiar de alguma maneira nos vereadores que foram eleitos, e na equipa que esteve na elaboração deste projecto. Esta parte de confiar nos mecanismos que foram encontrados, na solução que foi pensada para reformular a concessão da rede pública de iluminação, se vivemos num sistema civilizado, concerteza que há mecanismos para controlar a transparência de todo o processo do concurso.

Depois, as questões que se podem levantar, aliás, já foram levantadas na anterior Assembleia, são de natureza técnica. A mim parece-me, e é neste sentido a minha intervenção, que não faz nenhum sentido fazermos aqui intervenções demagógicas, umas atrás das outras, porque de uma duas:

Ou as pessoas que agora intervêm estudaram devidamente os documentos, ou são muito informadas sobre a matérias, porque a própria Câmara e os especialistas que propuseram isto, fizeram-no com o maior sentido de responsabilidade, fizeram o melhor que podiam, e valeram-se de entidades exteriores, nomeadamente o Centro Jurídico de energia ligado à Faculdade de Direito porque obviamente é uma matéria difícil. Portanto não é uma matéria, acho eu, em que vamos opinar sem mais nem menos. Se alguém tem alguma coisa a dizer, que seja fundamentado, que realmente tenha a ver ou com o carácter do concurso, ou com a própria tecnologia que vai ser utilizada, tudo muito bem. Senão, a minha intervenção é no sentido de percebermos que dentro de muito pouco tempo, se esta atitude não fôr tomada agora - vejam o que a Câmara diz nos documentos que foram distribuídos, nomeadamente que tem reservado o dinheiro para pagar pelo menos durante três anos à empresa que for contratada para fazer este trabalho. Nada nos diz que, se adiarmos esta questão daqui a um ano ou dois, mantenhamos a capacidade para pôr a concurso esta concessão. Também, neste momento, ainda temos alguns investidores que confiam na Câmara de Coimbra, que têm pelo menos este 1.900.000€ para assegurar que, alguém faça este trabalho e este investimento, que representa um investimento nacional ou internacional na nossa iluminação.

Basicamente era isto: não fazer um aproveitamento desta Assembleia para fazer demagogia, à volta de um assunto que é da maior importância e da maior responsabilidade. Daqui a uns anos arriscamo-nos a não ter uma iluminação conveniente e depois a responsabilidade é de todos nós que estamos aqui hoje nesta sala. "

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"Antes de começar a minha intervenção sobre este assunto queria chamar a atenção da deputada Olinda Rio para o facto de, todos nós termos a obrigação se não somos especialistas de informar-nos de quem sabe sobre o assunto e não vimos para aqui ignorando ou votando de qualquer maneira.

Acho que o comentário que fez é ofensivo aos deputados da Assembleia Municipal. Todos os deputados têm o direito e o dever de dar a sua opinião.

A CDU concorda com a proposta, valorizando quer os aspectos técnicos e da poupança mas, chama a atenção para a necessidade de salvaguardar que este contrato salvaguarde com clareza em relação aos seguintes pontos:

- 1- O Município deverá ter o controlo garantido através de monitorização do funcionamento de todo o sistema.
- 2- Garantir que no fim da concessão o concessionário deixará tudo em funcionamento correcto (até pelo fecho das lâmpadas para a dimensão de cerca de 15 anos – o tempo de concessão)."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Intervenção/proposta do grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Coimbra sobre o processo da Concessão da Rede de Iluminação Pública no Município de Coimbra

O presente documento pretende analisar o “Concurso público internacional para celebração de contrato administrativo de concessão de obras públicas relativo ao sistema de iluminação pública eficiente no Município de Coimbra”, salientando os aspectos mais relevantes, nomeadamente a importância deste concurso para o Município, mas também alguns pontos possíveis de análise mais aprofundada.

Um novo Sistema de Iluminação Pública mais eficiente, com recurso a equipamento de tecnologia LED (Light Emitting Diode), apresenta claras vantagens no domínio da sustentabilidade económica e social, nomeadamente os seguintes pontos:

- Redução significativa do consumo de energia, na ordem dos 50%, podendo esta ser superior ao recorrer a um sistema de gestão da intensidade luminosa em função da utilização dos espaços iluminados;
- Menores emissões de CO₂, com taxas semelhantes às de poupança energética, assegurando assim uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, num Município mais limpo e saudável;
- Garantia de uma iluminação mais eficiente, caracterizada por intensidades e fluxos luminosos eficazes, que potenciem a segurança e o bem-estar dos cidadãos em todas as ruas do Concelho.

Revela-se ainda importante referir a dimensão do presente concurso, tendo em conta os gastos energéticos anuais da Câmara Municipal de Coimbra de cerca de 1,5 milhões de euros (IVA não incluído), resultando num total de 25 a 30 milhões de euros no período previsto no contrato, ou seja, 15 anos.

Na nossa opinião este concurso é benéfico para o nosso concelho.

No entanto, alguns dos pressupostos presentes no contrato deverão ser sujeitos a uma análise mais profunda e cuidada, salientando-se os seguintes:

- O concurso prevê a contratação de um fornecedor de energia por parte do concessionário. No entanto, no concurso é referida a transferência dos 689 (à data de 11 de Março de 2011) contratos de fornecimento de energia relativos à iluminação pública, actualmente em nome do Município. É essencial perceber se existe aqui uma ambiguidade, evitando alguma confusão com a realização da manutenção de todos os equipamentos de distribuição por parte da EDP;

Foi efectivamente dito aqui pelo senhor vereador, que existe um contrato com a EDP, mas o senhor vereador não nos esclareceu, é uma pergunta que quero que me esclareça.

O que é que a EDP, diz ou propõe relativamente ao contrato assinado entre a Câmara Municipal?

Se nos vai continuar a pagar os tais três milhões de euros que a Câmara recebe? Sei disto porque estive nas gèneses deste contrato quando era vereador de obras. Há um contrato, com a EDP em que a Câmara recebe uma renda, o senhor vereador afirmou e bem qual era o valor da renda, são cerca de três milhões. Quero que me diga se a Câmara vai continuar a receber esses três milhões é isso que quero ser esclarecido?

Relativamente ao concurso já falei o que é essencial perceber o que é que, a EDP nos diz.

As elevadas especificidades do caderno de encargos conduzem a uma reduzida admissibilidade de candidatos e a uma conseqüente procura diminuta por parte de possíveis interessados. Deste modo, esta restrição traduzir-se-á na pouca afluência de propostas, diminuindo a capacidade de negociação por parte da Câmara;

Ora tem sido o PS alvo de muitas críticas por intermédio do PSD relativamente as PPP (Parcerias Públicas e Privadas), este processo V. Exas. nos apresentam não é mais do que uma P.P.P?

Para votarmos em consciência era necessários serem apresentados estudos de avaliação desta estratégia como disse atrás deste tipo de P.P.P. por comparação da assunção da Câmara Municipal de Coimbra pela realização in-house, quer dizer, a própria se a Câmara realizar o investimento nem que seja com um calendário mais alargado.

O que quero perguntar com isto é o seguinte:

Se for a Câmara a realizar este investimento, mas num período mais alargado, terá alguns benefícios, ou não terá benefícios?

Porque se nós, se estamos a dar a ganhar este dinheiro a um concessionário, será que a Câmara poderá mesmo sem fazer isto, num prazo de 15 e passar a 20 anos será que trás benefícios para a Câmara? É outra questão que deixo aqui para ser respondida.

Há aqui um problema que é o seguinte:

A Câmara tem como valor de referência para o presente procedimento de 1.900.00€ (valor pago anualmente a EDP relativamente aos consumos).

Este valor será actualizado acrescido da correspondente revisão de preços (esta revisão está definida é a revisão de Lei ou outra?)

E o IVA está incluído?

Nós sabemos que aos tempos que correm a energia vai levar pancada em termos de impostos.

O IVA como vai ser pago está contemplado no processo.

Qual o valor que a Câmara Municipal de Coimbra presentemente paga a EDP para a manutenção da rede de IP? Os cerca de 2 milhões de euros são para o pagamento da energia eléctrica mais a manutenção?

São estas questões que poderiam ser esclarecidas se houvesse um estudo financeiro para este projecto?

O preço base do Concurso é 28.500.000€ = 1.900.000€~~15~~ e as actualizações?

Essa resposta foi respondida que terão de ser actualizadas, agora a atenção que há aqui alguns impostos que terão que ser vistos eu não sei se, acautelaram toda esta situação.

Para concluir em termos de inovação tecnológica este projecto poderia trazer mais algumas inovações para a Câmara Municipal. Penso que é possível, trazer outras vantagens dois exemplos:

A Câmara Municipal tem um sistema de informático, centrado no edifício sede, tem vários departamentos fora do edifício, este sistema poderia ajudar que houvesse uma rede em que tivesse tudo interligado.

Outra ideia que me sugeriu li isso e penso que é uma ideia importante. Como estamos aqui a falar de inovações tecnológicas,

Porventura pensaram num possível sistema de ajuda à Divisão de Ambiente de Salubridade e Saúde na recolha dos lixos, isto é, numa futura substituição dos contentores dos lixos, os novos virem equipados com um sistema electrónico que enviasse sinal para uma central dizendo que o contentor estava cheio, deixando assim os carros de fazerem por vezes viagens/ circuitos desnecessários? Era só colocar estes contentores junto a um poste de IP e equipas aquando da substituição das laminárias com um sistema compatível com os contentores. Haverá vantagens nestes exemplos poderiam haver outras inovações tecnológicas com este sistema.

Em conclusão, o Partido Socialista entende que a este processo deve ser dada mais profundidade e rigor. Parece-nos que o Caderno de Encargos limita o princípio da concorrência e dos mercados.

Este facto ressalta da análise técnica, das exigências de indicadores económicos limitativos e da abordagem das contrapartidas sem penalidades associados a eventuais incumprimentos.

O quadro contratual é complexo nomeadamente na cedência dos contratos de fornecimento de energia da EDP (cerca de 700) mantendo esta a conservação da rede de distribuição de energia (cabos, pt's, etc.).

Assim, o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal propõe que seja reavaliada a presente proposta à luz dos argumentos agora aduzidos, por forma a que este processo possa ser mais debatido, mais clarificado e que sejam aprofundadas as condições técnicas, contratuais e os critérios de selecção, inerentes a processos desta complexidade, porque entendemos que o faseamento do projecto e a sua abrangência integrada nos princípios das aplicações do tipo “smartcities” talvez fosse um caminho mais apropriado, tornando ainda mais transparente todo o processo.

A criação de postos de trabalho directos e o desenvolvimento industrial no Município representa uma parcela substancial dos critérios de selecção do concessionário, podendo representar uma mais-valia para o Concelho. No entanto, é essencial especificar quais as penalidades a aplicar ao concessionário no caso de não se verificar o cumprimento desses pressupostos aquando da execução do projecto;

- De modo a assegurar a escolha criteriosa de um adjudicatário sólido e capaz de executar a tarefa prevista, seria aconselhável a especificação da categoria do alvará correspondente à empreitada, bem como a classe mínima necessária;

• No actual panorama económico-financeiro, em que o investimento se revela essencial ao crescimento das empresas, deve-se garantir a aplicação de indicadores económicos demonstradores da real situação dos possíveis consórcios ou empresas que venham a apresentar uma candidatura. Uma liquidez geral» 110%, uma autonomia financeira» 30% e um CAE predefinido (secção C e divisões 26 e 27) para um possível investimento industrial poderão representar um entrave a empresas sólidas com diferentes estratégias económicas. Assim, dever-se-á estabelecer um indicador financeiro que traduza a real satisfação das exigências necessárias, com o indicador “Volume de Negócios” a sobressair como uma escolha mais racional e adaptada ao presente concurso.

De forma a aferir de modo sustentado a capacidade financeira do adjudicatário, este deverá ter um volume de negócios anual cuja dimensão seja, no mínimo, 1,5 vezes o valor a investir no presente contrato, no caso de uma empresa, ou 2 vezes o referido valor, caso se trate de um consórcio, aplicando-se o volume de negócios total das empresas que o constituem. Assim, poder-se-á garantir a adjudicação de uma empresa ou de um consórcio de empresas com capacidade real de execução do projecto. De modo a evitar a escolha de um consórcio com fraca capacidade financeira, os consorciados do sistema financeiro (bancos, instituições de crédito, ...) deverão ser excluídos no apuramento deste factor.

Este concurso é um importante passo na procura de soluções mais eficientes para o Município de Coimbra, podendo, no entanto, revestir-se de um carácter mais global e com perspectivas de evolução superiores. Uma proposta inicial de menores dimensões, mas com uma maior abrangência de soluções, poderá ser um importante ponto de partida, reproduzível a todo o Concelho, o qual seria, certamente, pioneiro na eficiência energética ao nível nacional e, possivelmente, internacional."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Por parte da bancada do BE, parecem-nos corretas e por isso merecem o nosso apoio, as propostas que visam alcançar maior eficiência energética, nomeadamente com a introdução de tecnologia led e de um sistema de gestão centralizada, que vai permitir a redução da emissão de gases com efeitos de estufa para a atmosfera, a redução de consumos energéticos e de custos.

Neste caso as nossas preocupações são duas, para além de outras para as quais, reconhecemos, não temos competências técnicas, para nos pronunciarmos.

A primeira questão: a nossa preocupação prende-se com os valores que são estabelecidos nas condições gerais, quando estabelece que o valor anual máximo a pagar pelo município durante o período da concessão é de 1.900.000 euros. Ora, o que nos é hoje aqui proposto é, justamente, que autorizemos a realização de despesas plurianuais, tendo como referência este valor, que não deverá ser ultrapassado. O deputado Jorge Lemos, já referiu duas das questões que queríamos colocar, uma delas é a seguinte: é do conhecimento público que o IVA vai aumentar, facto que logo altera este valor de referência. Mas, sobretudo, o que nos causou maior dúvida foi outra questão que se prende com este ponto da proposta que refere: “remuneração do concessionário: o valor anual máximo a pagar pelo município, durante o período de concessão, é de 1.900.000€, tendo como referência o ano de 2010”. Isto não nos parece correto.

Nós compreendemos que isto é um valor de referência, mas da forma como está formulado, não é um valor de referência. O que está textualmente a dizer é, não será pago mais do que isto, para além das atualizações que estão previstas. Bem sabemos como é que as atualizações se processam muitas das vezes, inflacionando os custos. A nossa preocupação vem, pois, de encontro aos esclarecimentos dados pelo senhor vereador Paulo Leitão, que de alguma forma antecipou a nossa questão, mas não nos esclareceu. Pois que a ampliação da rede não tem o mesmo custo. É que nós, estamos de facto, habituados a que em Portugal, com as exceções aos contratos, que não estão escritas, abrem-se as portas a inflações galopantes de custos, que depois são incontrolláveis. Não sei como isso se salvaguarda, não sou técnico, confesso a minha incompetência do ponto de vista técnico, para dar soluções. Mas compete a que tem essa competência acautelar, de alguma forma esta situação.”

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha ("Pina Prata, Agora Sim"):

"Duas notas prévias técnicas antes da questão propriamente ditas do concurso que é o seguinte:

A questão da substituição das luminárias, actuais por luminárias leves, é quase um designa nacional. Conheço este processo em todos os municípios do País e digo que é quase porque?

Porque há que equacionar, na substituição cega, mas, neste caso tem de ser substituídos os balastos convencionais, por balastos electrónicos, conseguem ter diferenciais para o leve tendencialmente nulos. Não é uma questão técnica mas sim para o senhor vereador equacionar.

A outra é, que está a ser implementada de uma forma generalizada, a proposta de implementação a instrução de sensores de movimento para minimizar o consumo.

Agora vamos ao assunto propriamente dito. Para nós a questão não é do concurso é que está uma candidatura aberta até 30 de Junho com uma participação de 50%. Entendemos que deveria ser primeiro feita essa candidatura, se fossemos contemplados muito bem reduzíamos esse custo, se não o fossemos então iríamos para o concurso. Tendo a possibilidade de se ir buscar muitos milhares de euros, para isso basta haver uma candidatura que foi aberta especificamente para esse benefício."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

"Primeiro dizer que aquilo que temos é o exemplo da freguesia de Souselas. Parte da iluminação pública das luminárias, ainda são de mercúrio, ambientalmente negativas, já deviam estar substituídas há muito tempo, e não faz sentido no século XXI ter arruamentos com luminárias de mercúrio.

A outra parte com luminárias da primeira geração, de vapor de sódio, e a outra parte que é mais reduzida 20%, com as luminárias mais evoluídas; conclusão o aspecto de iluminação pública, uma freguesia que demonstra estar atrasada. Atrasada mas não foi por motivos da junta de freguesia, desde que sou Presidente da Junta já fiz muitos pedidos para se alterar esta situação é de vagar e devagarinho até parar.

Naturalmente tenho que apoiar esta solução, porque a solução que tenho não serve rigorosamente para nada. Mais ainda arruamentos onde vivem pessoas, existem postos mas não existe luminárias, e muito que um presidente de junta peça, não é lá colocado.

Segunda situação, quando há avarias, como a EDP tem empreitadas, é o subempreiteiro do subempreiteiro; conclusão contínua a avaria uma, duas, três semanas. Ou seja, capacidade de resposta limitada e que não vai ao encontro de facto de que são as suas obrigações.

O que significa o que temos não serve rigorosamente para nada! Porquê?

Porque, temos um sistema de iluminação pública, arcaico, atrasado, ambientalmente muito agressivo, com gastos superiores para além dos custos económicos.

Tendo eu um este cenário na minha Junta de Freguesia, naturalmente sou de acordo com a proposta da Câmara. E sou de acordo por este motivo:

Hoje que se fala tanto em sustentabilidade, nesta proposta estão os três conceitos de sustentabilidade. Que é a integração do ambiente, dos aspectos económicos e dos aspectos sociais.

Os aspectos ambientais, é muito fácil de ver, é um sistema que consome menos energia, um País que ambientalmente em termos energéticos é dependente do exterior, importa 100% dos seus combustíveis fósseis e alguma energia é produzida a partir de combustíveis fósseis, as centrais termoeléctricas, ora se formos para um processo, digamos que, seja mais racional e com um uso mais atomizado de energia merece o nosso apoio.

Este processo ambientalmente é adequado, é correcto.

Nos aspectos económicos, o País não é rico, não faz sentido estar a comprar carvão para estar a queimar nas centrais termoeléctricas, quanto menos comprar melhor, ou seja, quanto menos combustíveis fósseis importarmos melhor. Temos que racionalizar o uso da energia com um processo que consuma menos energia e que tenha melhor eficácia, há claramente um proveito económico, e há um proveito social, é muito simples estou certo e seguro que a Câmara Municipal de Coimbra aprovando este processo logo mete a Junta de Freguesia de Souselas, nas prioridades das prioridades, e finalmente todas as ruas vão ter luminárias leves e de pouco consumo."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

"Em primeiro lugar salientar a pertinência a oportunidade desta proposta.

De facto o que daqui resulta é que efectivamente nós constatamos que a Câmara Municipal e ao dizer esta minha ideia, não é no sentido de estarmos aqui a criar algo que vá para além daquilo que é a obrigação do Executivo da Câmara Municipal de Coimbra.

O que pretendo aqui realçar é exactamente a pertinência desta proposta que está muito bem concebida, está tecnicamente bem fundamentada, é uma proposta pioneira no contexto nacional.

Nós estamos a falar duma concessão de rede de iluminação pública, do Município de Coimbra, estamos a falar de ganhos de eficiência energética, de um ganho financeiro assegurado e de um ganho ambiental que nos tempos em que correm são preocupações, que devem estar presentes no espírito de qualquer

autarca. E é por esta razão, quando nós olhamos não está em discussão o caderno de encargos, nem a estruturação técnica da proposta em si, subjacente à proposta que veio aqui para deliberação desta Assembleia Municipal, apenas no sentido de, assegurar a realização quanto à questão dos custos plurianuais, verificamos que efectivamente o que estamos aqui a assegurar é que a Câmara Municipal de Coimbra vai tentar pagar menos do que 1.900.000€ por ano, isto é crucial, o País não é rico, o Município também não é rico e perante esta segurança, segurança que, de resto também está de alguma forma salientada nas garantias que obviamente o Código dos Contratos Públicos determina. Por aí, também temos a garantia que efectivamente as coisas vão correr no sentido daquilo que está aqui proposto. Tendo nós consciência, de que o 1.900.000€ é o plafon e esse plafon não pode ser sujeito a IVA ou com mais IVA ou com outro acrescento.

O que está aqui é a base do concurso, e os concessionários ou concessionário que ganhar o concurso e é nesse sentido que eu vou votar obviamente, o concessionário que ganhar o concurso vai ter que assegurar um valor inferior a este, em relação ao valor global dos 15 anos.

Por outro lado, existe aqui também contrapartidas em valor de investimento no concelho de Coimbra que não posso deixar de salientar.

Isto é importante que se diga, e também existe a precaução de assegurar contrapartidas em criação de postos de trabalho no concelho de Coimbra.

São por estas razões e não pelas questões essencialmente técnicas, porque essas ultrapassam em parte, obviamente a bancada "Por Coimbra" vai dar o seu voto favoravelmente."

Neste momento, o vereador Paulo Leitão agradeceu as intervenções e clarificou algumas questões colocadas pelos deputados municipais e agradeceu publicamente ao Chefe de Divisão de Equipamento e Iluminação Pública, Engº Santos Costa dizendo que foi incansável o seu trabalho e a sua capacidade de investigação para conseguir trazer aqui o presente processo.

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Gostava de fazer uma brevíssima observação. Como todos perceberam certamente até pela discussão de hoje detalhada, há muito trabalho da Câmara investido neste projecto, que nos parece um projecto emblemático de uma nova Cidade.

Como todos os projectos deste género, é um projecto que envolve algum medo, mudar uma coisa que conhecemos mudar para uma que ainda não conhecemos totalmente; neste sentido, há evidentemente alguns riscos que foram minimizados, há muito trabalho para minimizar tudo.

Gostava de chamar a atenção de todos, isto coloca-nos na vanguarda do mundo. Só para terem uma ideia, de todos os outros 307 municípios de Portugal, quando souberam que estávamos a tratar isto desta maneira, temos tido contactos diários de municípios que nos ligam a quem enviamos os materiais e que estão todos eles a começar a trabalhar nisso. Nós estamos a começar a trabalhar num processo que julgo que vai ser imparável, se esta Assembleia nos autorizar a continuar."

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria (36 votos a favor e 14 abstenções), nos termos do disposto no artigo nº53º, nº2, alinea q), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a proceder à concessão da rede de iluminação pública no Município de Coimbra.

Do mesmo modo foi deliberado autorizar os seguintes encargos para cada ano económico:

-2010-1.900.000€ (valor de referência)

-2011-1.900.000€ acrescido da correspondente revisão de preço

-2011 a 2026-1.900.000€ acrescido da correspondente revisão de preço

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado Maló de Abreu:

"Nós votamos a favor, votámos a favor de um novo ciclo, houve quem neste novo ciclo preferisse abster-se."

Ponto 3 - Conceção, construção e concessão de exploração do Complexo Funerário Municipal de Coimbra:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu

"Não poderia deixar de falar sobre este ponto.

Primeiro, lamentar que só hoje chegasse à nossa mão o concurso público, o caderno de encargos e o programa de procedimento. Segundo, está registado no documento que entrou no Gabinete da Assembleia Municipal no dia 21. Penso que isto não são formas correctas, de tratar documentos.

A segunda questão ao ler o documento que nos foi enviado no processo atempadamente, encontro aqui algumas lacunas que, de facto não é isto um crematório municipal. É evidente, que o crematório municipal em Coimbra já tem um atraso mais de 20 anos, é mais que necessário. Mas agora a fazer-se que se faça bem. Até dei algumas sugestões quando chamado a opinar sobre este processo e convidei pessoas a ir visitar um crematório em condições, o da Figueira da Foz, ao menos soubessem copiar, mas nem isso souberam fazer, trazendo a esta Assembleia um documento, interessa fazer um crematório, o resto, logo se vê!

Começo por aqui, o prazo que está aqui aprovado de execução ou de gestão passou de 20 para 30 anos. Porquê? Porque são 30 e não são 20 anos.

Se nós começarmos a ler os documentos não sabemos qual é o valor de investimento do concurso, não sabemos qual é a base, o que sabemos é que há aqui uma caução de 100.000€ à empresa que se habilitar a este concurso.

Para mim os números são relevantes.

Procuro, a quem fez este documento. Procuro, nas cinzas em que as pessoas não as querem onde é que as colocam. É uma pergunta pertinente, porque há que haver respeito pelas pessoas, há que haver respeito por aqueles que são cremados nos crematórios.

Pergunto, aqui não encontro a solução alternativa.

Acho que estes documentos que foram presentes à Assembleia com as referências que já aqui citei, precisamente hoje colocarem na nossa mesa um documento que entrou ontem é mesmo para ninguém ler, se estamos aqui a discutir coisas tão importantes, como já se discutiram, esta também é tão importante quanto as anteriores. E neste tema é para se deixar passar para se votar.

Sinceramente com estes elementos que foram presente à Assembleia Municipal, eu votarei contra porque entendo que está aqui um trabalho imperfeito e atamancado."

Intervenção do vereador Paulo Leitão

"O que está em causa como sabe é um concurso anterior da Câmara de Coimbra, sabe que ficou deserto, no qual se adaptou à legislação actual em vigor do novo Código de Contrato Público e do qual se extraiu exigências que estavam nesse dito concurso.

A exigência de ampliar o cemitério de Taveiro e a exigência que existia de um número elevado de salas de velório. No fundo houve uma redução destas exigências, não das instalações técnicas, como estava a dizer que estão previstas, mas, dá liberdade aos concorrentes para apresentarem propostas para o concurso não ficar deserto e por outro motivo os próprios concorrentes possam ter propostas mais robustas e contemplar todas as exigências que o senhor, e bem, estava a contemplar.

O forno está previsto para o cemitério da Conchada era algo que estava no anterior concurso e foi retirado.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"Em relação aos contornos que o senhor vereador aí fez, eu não encontro, li o documento que nos foi presente, no programa no ponto quatro, diz assim: *“o edifício deve ter qualidade arquitectónica construída e obedecer aos seguintes requisitos funcionais: Crematório, duas salas de velação ou sala de despedida, cafetaria, e mais qualquer coisa que falta aqui, instalações sanitárias)*, Pergunto serviços administrativos, onde estão? Não está, está omissos.

Pois falam em jardins emblemático. Falta exactamente a jardim o que é designado jardim é exactamente problema que eu coloco e com o devido respeito devemos ter muita cautela porque isto é uma situação muito melindrosa. Eu continuo a dizer que o crematório está atrasado 20 anos, veja a vontade que falo nisto. A fazer que se faça bem. Eu sei qual é o objectivo eu solicitava ao Executivo que retirasse este documento, que o estudasse melhor, que o aperfeiçoasse;

O senhor tem mais um ano e meio de mandato ainda pode fazer o crematório, ao menos que se faça um crematório faça-o bem, porque as pessoas que não reclamam as cinzas dos seus entre queridos onde é que as põe? Não está previsto! Sabe para onde vão? vai para uma coisa que se chama jardim, mas não é o jardim da celeste; são bocados de relva que se levantam em quadrados, onde essas cinzas são depositadas, e devidamente identificados. Aqui, neste documento não se prevê!"

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 39 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de Junho, aprovar o procedimento de concurso público, nos termos do art.º 31º, conjugado com os artºs 407º a 428º do Código dos Contratos Públicos, aprovando o programa de procedimento e o caderno de encargos da empreitada “Concepção, Construção e Concessão de Exploração do Complexo Funerário Municipal de Coimbra”, pelo prazo de execução de 12 meses.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Declaração de voto do Presidente de Junta de S. Bartolomeu:

"Votei contra, não é contra o Crematório. Votei contra, porque o processo que foi aqui presente a esta Assembleia da forma como foi, na medida em que, as peças junto aos documentos foram-nos entregues hoje, em cima da Mesa, e que tem a data de entrada no gabinete da Assembleia Municipal, isso é que é bom registar para ver a velocidade de que as coisas são feitas."

Ponto 4 - Financiamento bancário da Participação Pública do "Centro de Convenções e Espaço Cultura do Convento de S. Francisco":

Para este processo a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do art.º 53º, nº 2 alínea d) da lei nº 169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 de Junho corrente, autorizar o pedido de excepção ao Ministério das Finanças, previsto no nº6 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais, pelo montante de 5.000.000,00€, para financiamento da participação pública na obra do “Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 5 - Serviços de Auditoria Externa e de Revisão Legal de Contas - exercício de 2011:

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos nos art.º 48º, nº2, da Lei nº2/2007, de 17 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e sob proposta da Câmara Municipal datada de 13 do corrente mês, aprovar a adjudicação a Leal, Carreira & Associados, SROC, por ajuste directo ao abrigo do disposto no art.º 20º, nº 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos, da prestação de serviços de auditoria externa e da revisão legal de constas referente ao exercício de 2011, objecto do ajuste directo nº 53/2011 e conforme sua proposta nº Cb.03/2011, pelo valor de €28.800,00 acrescido de IVA (23% - €6624,00) somando €35.424,00, concedendo o parecer prévio nos termos da Lei de Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro) – art.º s 22º, nº2 e 4.

Ponto 6 - Aumento de Capital Social da Sociedade Coimbra VIVA - SRU:

Relativamente a este processo a Assembléia Municipal, deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de Junho, autorizar, nos termos do disposto no artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18

de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o aumento na participação do capital social da Sociedade Coimbra Viva – SRU, no montante de 155.088,57€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 7 - Nova Tabela de Taxas para as zonas de estacionamento de duração limitada:

Para este processo a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a nova tabela de taxas para as zonas de estacionamento de duração limitada, conforme deliberações tomadas pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e pela Câmara Municipal, respectivamente em 29 de Março e 18 de Abril do corrente ano.

Ponto 8 - Adesão do Município de Coimbra à União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas:

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de Junho, autorizar, nos termos do disposto no artigo 53º, nº 2, alínea m), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a adesão da Cidade de Coimbra à UCCCLA-União das Cidades capitais Luso-Afro-Americano-Asiáticas, bem como autorizar o pagamento de uma quotização mínima anual de 4.500,00€ como membro da UCCLA.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 9 - Desafecção de uma parcela de terreno na freguesia de Eiras:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo:

"Temos sido habituados, a que haja mais clareza naquilo que se projecta em relação à desafecção do domínio público de certas e determinadas parcelas de terreno. Tendo em conta a área que está aqui em questão, acho que seria razoável, que nos fosse explicitado, qual o fim a que se destina esta parcela de terreno, sem que dificilmente poderemos votar a favor."

Intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Eiras:

"O terreno em causa foi pedido pela Freguesia de Eiras, este pedido já vem do meu antecessor.

Na Freguesia de Eiras existe um grupo de BTT (Roda Pedaleira) não tem centro desportivo, nem centro de formação, está a funcionar numa garagem, cedida por um benfeitor, entretanto o proprietário precisou da garagem para alugar.

Para quem não conhece a Roda Pedaleira, são eles quem organizam:

"Craques da Roda Pedaleira – Associação Ciclistas do Centro", é uma associação sem fins lucrativos com sede na freguesia de Eiras. Tendo como principal objectivo a promoção do desporto, nomeadamente do BTT, tem, paralelamente, desenvolvido outros projectos que associam essa vertente a outras de cariz social e solidário.

Ao nível desportivo, salienta-se a organização do “Eiras Single Track” (passeio de BTT pelos trilhos eirenses e zonas limítrofes), que tem trazido à nossa região e particularmente à nossa freguesia, centenas de BTTistas vindos um pouco de todo o país, com repercussões bastante positivas, como é possível constatar na comunicação social e fóruns da especialidade. Salienta-se, também, a “Travessia da Serra de Sicó”, evento com a duração de 2 dias que, pela sua singularidade, tem granjeado, de ano para ano, um maior número de participantes. A Roda Pedaleira tem, igualmente, participado nas comemorações do Dia da Freguesia, promovendo, em cooperação com a Junta, um passeio de bicicleta aberto à população em geral.

Para além destas iniciativas, que já se têm repetido nos últimos anos, muitas outras tiveram lugar (“Rota das Febras”, “Noite das Bruxas em BTT”, “1º BTT do Ano”, etc.) e que contribuíram, sem dúvida, para o despertar da consciência desportiva de muitos jovens e “menos jovens” da nossa freguesia.

No que concerne aos eventos que associam a parte desportiva a causas sociais, destacamos o “Natal Solidário” (cortejo de pais-natais de bicicleta que distribui presentes angariados nas semanas anteriores ao evento) que, nos últimos anos, tem levado um pouco mais de alegria aos utentes de diversas instituições de acolhimento da nossa cidade (Casa da Infância Elísio de Moura, Colégio dos Órfãos de S. Caetano, AMI, Integrar, Comunidade S. Francisco de Assis, Centro de Acolhimento do Loreto, ...); também a organização de uma recolha de sangue em Eiras teve enorme sucesso, tendo os ciclistas mas também a população em geral aderido fortemente.

A Associação tem procurado não só cativar gente jovem como envolver também gerações mais maduras, o que se tem revelado uma realidade fácil de constatar em diversos convívios promovidos pela Roda Pedaleira, nomeadamente na data do seu aniversário ou no Jantar de Natal.

Muitos mais projectos estão pensados para, cada vez mais, fomentar a prática desportiva e, simultaneamente, o desenvolvimento de uma cidadania responsável. Contudo, para avançar é fundamental um espaço próprio (de que neste momento não dispõe), um Centro Desportivo que sirva de apoio e que permita uma optimização dos recursos.

Neste sentido, a Roda Pedaleira solicitou a cedência (por um período de tempo a estipular posteriormente) de um espaço na freguesia de Eiras onde pudesse implementar esse Centro, comprometendo-se a dar continuidade à sua actividade em prol do desporto. Tal terreno, de acordo com análise conjunta por parte das partes envolvidas, já está seleccionado e, acreditamos, constituir-se-á como uma mais-valia não só para a Associação, mas também para a própria freguesia e concelho.

Portanto, a ideia da Freguesia de Eiras não é vender a ninguém é ceder a um grupo desportivo à (Roda Pedaleira) que é um grupo da Freguesia de Eiras."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Acho que este esclarecimento é pertinente e faz todo o sentido para que possamos ter uma apreciação mais correcta. Agora penso que a entidade em causa não vai levar a mal que os deputados municipais tenham esta cautela em relação às suas deliberações, em relação a terrenos desta área, estamos a falar

numa área de 1479m², penso que seria da mais elementar correcção, admitido como óptima intenção da Junta de Freguesia de Eiras, com a qual nada temos com as intenções, que essa proposta fosse para trás e viesse mais fundamentada nesse sentido nomeadamente, porque isto constitui um subsídio uma cedência a uma entidade desportiva, que merece o nosso respeito, que viesse justificada nos termos regulamentares que estão em vigor na nossa autarquia.

Nada contra as intenções, nada contra *à priori* que isto se faça. O que pensamos que uma deliberação deste tipo, deve vir totalmente fundamentada de acordo com os interesses das entidades envolvidas.

Ganhamos nós, ganha a Junta de Freguesia de Eiras e ganha naturalmente a entidade desportiva em causa que vai beneficiar desta cedência porque as coisas são feitas com toda a clareza e transparência.

O que propomos é que isto volte atrás e venha fundamentada na forma como aqui foi feita, e que nos seja posta à consideração, e nesses termos não vemos razão nenhuma que isso não seja considerado. Até que pode constituir desequilíbrio, em relação a apoios a outras entidades equiparadas."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos

"Concretamente a este caso o que vem aqui, não é a desafecção do terreno, não é cedência nenhuma, não temos nada que estar a ver com cedência é uma desafecção para alguns fins.

O que tem que dizer é que esta desafecção é para fins desportivos. É isso que tem de ser esclarecido."

Posto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou, com 40 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de Junho, aprovar a desafecção do domínio público uma parcela de terreno, com a área de 1.479,00m², a desanexar do descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 4314, a folhas 180 verso, do Livro B11, inscrito na matriz rústica com o artigo n.º 225.º, da freguesia de Eiras, que confronta de norte com José Carvalho e outros, de sul com Maria da Conceição de Abreu Nunes da Silva Vaz Serra, de nascente com serventia e de poente com Maria José Amorim, devendo a parcela de terreno em causa ter fins desportivos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Declaração de voto do deputado Municipal Jorge Lemos

"Votei a favor deste processo, na perspectiva também que a desafecção passado de domínio privado para o domínio municipal e com a condição *à posteriori* de a Câmara ceder efectivamente este terreno de direito de superfície por de 51 anos, eu digo 51 porque para ter investimentos tem de ter a cedência por mais de 50 anos, ser cedido efectivamente à instituição desportiva "Roda Pedaleira".

Ponto 10 - Desafecção de uma parcela de terreno na freguesia de Antanho:

Para este processo a Assembleia Municipal, deliberou, maioria, com 3 abstenções autorizar a desafecção da parcela de terreno com 41,90 m² do domínio público para integrar o domínio privado da CMC, parcela de terreno situada na Rua da Chapeleira, na Freguesia Antanhol, confrontando de Norte com Eduardo de Oliveira, Sul com domínio público, Nascente com Rua da Chapeleira, Poente com José António Antunes Damas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 11 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluído os de Corrupção e Infracções Conexas - Relatório relativo a 2010 e acções futuras:

Foi tomado conhecimento do Relatório, referente a 2010 e acções futuras sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, da Câmara Municipal de Coimbra.

Ponto 13 - Atribuição de Medalha de Ouro da Cidade a José Miguel Júdice: Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo:

"Tentar ser rápido e conciso em relação a este problema, que nos trouxeram aqui.

É de problema que se trata, problema de consciência, problema de atitude, problema em relação à memória futura que pretendemos deixar para os nossos concidadãos.

Nos termos do artigo 9º do regulamento de atribuição de medalhas honoríficas, a medalha de Ouro da Cidade só deve ser concedida em casos excepcionais a personalidades de alto distinto.

No passado ano de 2010 atribuímos as medalhas de Ouro da Cidade a António Luzio Vaz e Virgílio Caseiro, casos excepcionais de reconhecimento de acções de personalidades, para além do reconhecido mérito pessoal o aplicaram o abnegavel desinteressadamente ao serviço público, à Cidade e aos cidadãos de Coimbra.

Hoje, é nos pedido que atribuamos a medalha de Ouro da Cidade ao cidadão José Miguel Júdice, conhecido membro de uma sociedade de Advogados com sede em Lisboa, e reconhecido investidor na industria hoteleira, com os altos e baixo que são inerentes a esta actividade e defensor público que às maiores sociedades de advogados fossem restritos, os opíparos privilégios resultantes das consultadoria externa ao Estado.

Bastaria para não ser enquadrável nos requisitos exigidos pelo regulamento em vigor, a fundamentação minimalista que nos foi presente.

Mas porque se trata de reconhecimento e de registo puro de uma memória, não podemos deixar de completar o currículo que nos foi presente.

A pessoa que se pretende galardoar foi na fase final do regime fascista em Portugal, por acção prática e teórica um dos seus defensores.

E coerentemente após a revolução de Abril de 1974, durante a consolidação do regime democrático por ela instaurado, foi um activo conspirador contra a sua afirmação, tendo fugido para o estrangeiro ao abrigo da protecção do fascismo franquista espanhol.

Porque se propõe a consagração para memória futura, de uma dada figura, não podemos permitir que o seu currículo seja branqueado, e dele retirado algo marcante para a avaliação do mérito que se pretende consagrar.

Porque, não admitimos pôr ao mesmo nível de António Luzio Vaz e de Virgílio Caseiro, para não falar de outros que mereceram o nosso conhecimento colectivo.

Porque, não admitimos a vulgarização da atribuição do mais auto galardão da Cidade porque em suma, não podemos admitir que a memória sofrida desta Cidade e daqueles que nela defenderam o regime democrático seja apagada, teremos que votar contra a atribuição desta homenagem."

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PS):

"Queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara.

Qual foi o fundamento que a Câmara teve para esta atribuição.

Primeiro será que não havia em Coimbra pessoas que merecessem mais esta homenagem?

Gostava de ser esclarecido."

Intervenção do deputado municipal José João Lucas:

"O Bloco de Esquerda votará contra, porque:

1º - Discordamos da banalização da atribuição da Medalha de Ouro da Cidade, designadamente obedecendo a eventuais listas de candidatos, mais ou menos apoiados por lobbies formais ou informais, com influência na nossa cidade.

2º - A informação que nos foi presente sobre José Miguel Júdice revela um currículo académico, profissional e empresarial com alguma relevância, mas, por si só, na nossa opinião, isso não justifica uma medalha de ouro com a projecção e o valor excepcionais que se pretende conferir-lhe.

3º - O projecto de valorização da Quinta das Lágrimas tem permitido realizações culturais importantes, mas todos sabemos que a reconfiguração daquele espaço, de enorme simbolismo para a cidade de Coimbra, não foi de modo nenhum, incontroverso, designadamente pela escassa área reservada para a fruição e acesso públicos em comparação com a que foi alienada para construção de imóveis."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz:

"Como foi dito pelo colega que me antecedeu, penso que não devemos estar a banalizar a atribuição da medalha de ouro da cidade.

Em função, desta duas folhas A4 que me deram, eu pergunto o que é que está aqui que se justifique a atribuição da medalha de Ouro da Cidade de Coimbra a uma pessoa que pouco ou nada fez por Coimbra.

O que está aqui, nada diz, é tudo dentro da profissão que tem. Ao fim e ao cabo nada fez por Coimbra, ou talvez tenha organizado as quintas da quinta.

Por outro lado também dizer o seguinte:

Já foi atribuída a medalha de Ouro da Cidade ao jardim-escola João de Deus, também ao liceu José Falcão e então seria mais lógico atribuir a medalha de ouro da cidade a este senhor mais sim à Quinta das Lágrimas."

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto:

"Já agora quando vejo a atribuir uma medalha ao Dr. José Miguel Júdice e não ao Dr. Bissaya Barreto foi um homem que muito fez por esta Cidade.

Acho que entre uma pessoa e outra há uma diferença abismal.

O meu voto é contra, porque entendo que não merece uma medalha de ouro da Cidade."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu:

"Sobre este assunto poderia fazer duas considerações:

A primeira, acho que os homens devem ser homenageados em vida.

Já o disse várias vezes aqui, acho que esta autarquia a Câmara Municipal, se tiver que homenagear alguém de preferência que o faça em vida e assim o tem feito algumas vezes.

O segundo aspecto, é que a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade do meu ponto de vista, deve merecer senão unanimidade, pelo menos de um amplo consenso desta Assembleia, sobre pena de não sermos justos para quem queremos homenagear

Em terceiro lugar, devo defender o Dr. José Miguel Júdice, devo defendê-lo porque julgo que é uma figura e um homem de Coimbra, é uma figura nacional, e tem feito em Coimbra uma parte significativa do seu percurso, ligado à Fundação Inês de Castro, ao Festival das Artes, à Quinta das Lágrimas, que são acontecimentos e que são emblemas desta Cidade.

Sendo certo, que há figuras da Cidade, ou fora dela, que mereciam igualmente uma distinção desta relevância não tenho disso dúvida, acho que é justo também, salientar o trabalho que o Dr. José Miguel Júdice tem feito em prol da Cidade de Coimbra.

O nosso voto é, naturalmente no sentido, positivo de votar a favor da atribuição da medalha de Ouro da Cidade ao Dr. José Miguel Júdice, e pedir-vos que isto seja feito com cuidado para que, não se comentam injustiças desnecessárias em qualquer atitude que aqui possa sair."

Intervenção do Presidente da Mesa

"Gostava de sublinhar o seguinte:

A iniciativa que ele teve acaba por ser marcante em Coimbra, isto não é uma cadeia qualquer, é uma referência e uma atracção que não existe se não fosse esse caso. É um grande emblema que a quinta tem ligado à nossa história. Na parte cultural ele tem iniciativa que ninguém tem, traz muitas pessoas que vem a Coimbra só para os eventos culturais, poderia ter aplicado em outro sítio mas não fê-lo em Coimbra."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

Começo por fazer um pequeno reparo, e penso que o Dr. Maló de Abreu estará de acordo, não só os homens que devem ser homenageados enquanto forem vivos, mas também as mulheres e haverá algumas que o merecerão. Não querendo acrescentar muito mais àquilo que o disse o meu camarada de bancada, queria, no entanto responder de certa forma àquilo que disse o deputado Maló de Abreu, e que o senhor presidente da mesa também invocou, como sendo a

relevância das iniciativas culturais promovidas pelo Dr. Miguel Júdice, no âmbito da Quinta das Lágrimas. Devo dizer que não as desvalorizo, mas elas são resultado da promoção turística do próprio empreendimento, fazem parte de uma estratégia de marketing da própria marca Quinta das Lágrimas. É uma mais-valia para a Cidade, não contestamos, não se nos coloca qualquer dúvida crítica em relação a isso, o que nós achamos é que isso é manifestamente insuficiente para se atribuir uma medalha de ouro da cidade. Pois era capaz de mencionar aqui uma dúzia de figuras e de instituições da Cidade de Coimbra que mereceriam muito mais a distinção, do que o Dr. José Miguel Júdice. Em relação ao alerta que o Dr. Maló de Abreu fez acerca de eventuais injustiças na decisão aqui a tomar, creio que todos nós percebemos que houve aqui alguma imprudência, mas essa imprudência já foi cometida antes. Que consistiu, justamente, em trazer aqui uma proposta que se sabia à partida que não iria ser consensual. Realmente coloca a Assembleia numa situação problemática e o próprio eventual homenageado, numa situação um pouco delicada e ingrata.

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio:

"Em relação a este ponto gostava de dizer o seguinte:

Tenho de dar razão às pessoas que dizem que ela não está devidamente fundamentada neste pequeno resumo de alguém que tem uma vida tão rica e tão cheia, concordo plenamente.

Estou de acordo com o que o deputado do Bloco de Esquerda diz, que a própria Assembleia Municipal está em causa, se nós vamos aqui questionar alguém que tenho a certeza mesmo o Partido Comunista concorda, que é uma figura de relevo na Cidade.

Quanto ao Partido Comunista, virem para aqui acusar o Dr. José Miguel Júdice, de uma postura supostamente fascista, por ter fugido após o 25 de Abril é inadmissível. E a postura do Partido Comunista que teve a hegemonia da Associação Académica anos a fio, muito antes do 25 de Abril e que deliberadamente perseguiu e obrigou estudantes a não frequentarem as aulas. Nós conhecemos estas histórias. Não têm, portanto, autoridade moral nenhuma para falar de democracia.

Depois, o que todos sabemos do que foi o holocausto comunista na União Soviética e como queriam transformar este país numa república comunista. Não reconheço ao Partido Comunista autoridade política para nos dar lições de democracia!

Agora, porque é que o Dr. José Miguel Júdice merece esta medalha, do meu ponto de vista?

Evocar José Miguel Alarcão Júdice é falar de identidade coimbrã. Coimbra não seria como é hoje sem o contributo que lhe outorgou, com forte vontade e iniciativa, concorrendo para a sua promoção e afirmação.

Mais do que isso, louva-se uma visão de apego aos bens simbólicos e de progresso, fundada no restabelecimento do seu património histórico, cultural e moral, ao tempo da recuperação da Quinta das Lágrimas ainda incipiente.

Desse ponto de vista, José Miguel Júdice foi um pioneiro. Soube propor e convencer a cidade, a Câmara, a Universidade, da importância que têm os valores imateriais. Soube, com gosto e refinamento estético, não só valorizar as

pedras e as lendas da nossa memória colectiva, como soube demonstrar a sua importância económica para o enriquecimento das potencialidades turísticas de Coimbra e de Portugal.

Mentor da Fundação Inês de Castro, que tem como objecto a investigação e divulgação da história, da cultura e da arte relacionadas com a temática Inesiana, a promoção e apoio a estudos e actividades culturais centradas em Inês de Castro, tem proporcionado momentos culturais únicos no espaço que abre à cidade e tem promovido o aparecimento de novos valores.

Neste âmbito, é promotor entusiasta e Director do Festival das Artes, uma referência no calendário cultural conimbricense e nacional, que no ano passado decorreu sobre o signo da água e este ano se subordina ao tema "Paixões".

O programa inclui dezenas de eventos de música, teatro, dança, cinema, literatura, pintura, fotografia, banda desenhada, filosofia, gastronomia, ambiente, património e urbanismo.

A Fundação tem a sua Sede em instalações da Quinta das Lágrimas, o local que a história e as memórias associam a Inês de Castro e ao drama por ela vivido. A Sociedade Quinta das Lágrimas, detentora dos terrenos e Hotel Quinta das Lágrimas, doou à Fundação os terrenos onde se integram os locais históricos, jardins, encosta e mata, e que constituem parte do seu património.

José Miguel Júdice nasceu em berço de ouro, só na medida em que provém de uma família de lutadores, de gente tenaz, capaz de lutar até às últimas consequências por aquilo em que acredita. Ao perder o pai, com apenas três anos, viveu sem metade da protecção a que todos temos direito e a imagem de uma mãe triste que o marcou o resto da vida.

Algo o marcou, com certeza. Só assim se compreende o investimento quase frenético que tem pautado a sua vida profissional, política e cívica, revitalizando o passado numa perspectiva atinada de futuro.

A Medalha de Ouro da cidade é, pois, o justo reconhecimento à sua intervenção, à sua perseverança, ao seu envolvimento, ao seu sacrifício, só justificável por uma enorme paixão pela cidade que o viu nascer e crescer."

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho:

"A posição do Partido Socialista é, não votar contra a Medalha de Ouro da Cidade ao Dr. José Miguel Júdice.

No decorrer desta pequena discussão, desagradável, devo dizer, do ponto de vista ético, o PS coloca-se na postura de não querer aproveitar uma circunstância desta para fazer ajustes de contas com a história, não se trata de ajuste de contas da historia neste momento, em nenhuma circunstancia.

Portanto, o Partido Socialista decidiu não votar contra esta proposta feita pela Câmara Municipal, como aliás, já foi essa a posição que tinha tomado ao nível da própria Câmara.

É um Partido aberto, é um partido democrático, é um partido livre, é um partido onde as pessoas podem exprimir com toda a liberdade no seu interior

Portanto, o Partido Socialista decidiu votar a favor, independentemente pelo respeito que merece com outras opiniões e com outras opções

Somos um Partido aberto, democrático, tolerantes e livre. O Partido enquanto partido assume o voto positivo em relação a esta medalha de ouro, os militantes

que aqui estão enquanto representantes do partido votaram no quadro das liberdades fundamentais que o Partido Socialista lhe confere."

Intervenção do deputado municipal Mário de Carvalho:

"Irá ocorrer aqui uma votação, é óbvio que o Dr. José Miguel Júdice foi uma mais-valia para a Cidade, é óbvio também que o Dr. José Miguel Júdice teve ligado a um regime que foi aqui falado. Mas também eu não posso avançar para esta votação atendendo as declarações do líder da bancada do PSD ao tentar condicionar esta mesma votação.

Nós somos uma democracia representativa, estamos aqui a representar a vontade do povo, e não podemos ser condicionados no acto mais nobre que é exactamente o exercício do voto.

Por esse mesmo motivo irei tomar a minha posição de seguida."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo:

"Naturalmente a apreciação que nos foi aqui suscitada, foi a uma pessoa que se pretende ver homenageado com o mais auto galardão desta cidade.

É o próprio Regulamento das medalhas honoríficas, que determina a excepcionalidade da medalha de ouro.

Face ao currículo aqui presente, omisso em muita parte que o que é, também o ao Dr. José Miguel Júdice, tenhamos que nunca por ele foi rejeitado e nunca independentemente dos juízos de valores que eu possa fazer, que permitam-me a liberdade dos os poder fazer, ainda não chegamos ao ponto de eu não poder exercer aberta, democrática e livremente juízos de valor sobre atitude de algumas pessoas que foram públicas, assumidas e nucas renegadas. Merece-nos também a todos o respeito do passado desta pessoa, e que faz parte do seu passado estas atitudes, branqueá-las, tirá-las do seu currículo e não as avaliar é provavelmente o pior insulto que se lhe pode fazer.

Não podemos nós, honestamente com seriedade avaliar alguém do nosso ponto de vista, e não do ponto de vista de falsos consensos e de entendimentos atrabiliários, que anulem o que é todo o nosso pensamento político e ideológico que corresponde a uma matriz de intervenção na sociedade, que, pode ter adversários, que pode ter inimigo até, mas é livre, aceite e tem de a aceitar. Porque disto é que faz parte as regras do jogo.

Pensamos que é um erro crase, entrar aqui proposta que podem ser fracturantes, tem todo o direito de o fazer, não tem o direito de insultar aqueles que com opinião política livre e assumida e claramente definida trata-se de insultos que aqui foram colocados e não de meras opiniões. Foram insultos públicos através da minha pessoa aos comunistas que deram muito mais a esta Cidade de que muita gente está aqui sentada. Provavelmente alguns que mereciam a medalha de ouro e que nunca por esta Assembleia virão reconhecida a integridade e o valor reconhecido. Estamos aqui a falar naturalmente como haverá outros democratas na mesma circunstância. O que não podemos admitir uma apreciação que nos é pedida, não nos foi pedido o silêncio, e penso eu que nem o ao Dr. José Miguel Júdice o gostaria. Ele próprio não renegou o seu passado...

Isto não tira o mínimo de respeito em relação à pessoa, não tira o mínimo de valor em relação à pessoa.

O que estamos aqui a avaliar é o seu mérito de acordo com o que está regulamentado e pensamos sinceramente pelas razões claramente expostas e que são todas públicas, notórias.

Iremos a votos, cada um votará como entender."

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria (31 votos a favor, 12 votos contra e 7 abstenções), e por proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13, aprovar a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Professor Dr. José Miguel Júdice.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

E sendo 20.30 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.